Primeira Parte - Do sertão ao território:
Ocupação e políticas do espaço nas Minas Gerais
**Capítulo 2 - A conversão dos sertões: a
ocupação do território e a instalação das
estruturas do poder eclesiástico**

Cláudia Damasceno Fonseca

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA, C.D. A conversão dos sertões: a ocupação do território e a instalação das estruturas do poder eclesiástico. In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 82-130. ISBN: 978-85-423-0307-0. <https://doi.org/10.7476/9788542303070.0006>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A CONVERSÃO DOS SERTÕES A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E A INSTALAÇÃO DAS ESTRUTURAS DO PODER ECLESIAÍSTICO

O importante papel exercido pela religiosidade da população no processo de povoamento e de urbanização de Minas Gerais (bem como de outras regiões do Brasil) é um fato que já foi destacado por diversos autores, que trabalharam a questão a partir de enfoques variados e com diferentes níveis de profundidade.¹ Neste capítulo, pretendemos contribuir para esta discussão, privilegiando as relações entre o poder eclesiástico, a formação territorial e a hierarquização das localidades mineiras.² O tema da gênese e do desenvolvimento urbano ligado à construção de capelas e igrejas será aqui abordado numa escala territorial; na terceira parte, trataremos dos aspectos ligados à posse da terra, que são vitais para que se possa compreender a diversidade das situações e, assim, evitar as generalizações e análises redutoras.

Como se sabe, durante o Antigo Regime, a existência do direito régio do padroado fazia com que os poderes temporal e espiritual estivessem intimamente ligados no seio das monarquias ibéricas. Não obstante, pode-se afirmar que, no momento em que a Coroa portuguesa decidiu tomar as rédeas do processo de ocupação da região mineradora, foi através da Igreja que ela procurou se impor e “reduzir toda a gente que anda nas minas e povoações”.³ De fato, com a instituição das primeiras freguesias, a metrópole começaria a exercer um certo controle sobre os arraiais que se multiplicavam naquele vasto território.

A conversão dos sertões mineiros realizou-se gradativamente, acompanhando a marcha do povoamento e da construção de ermidas pelos colonos e a consequente expansão progressiva da malha paroquial. Como notou Diogo de Vasconcelos: “as capelas (...) faziam-se essenciais à conquista das Minas, ora por efetiva piedade religiosa, que era muita; ora por interesses máximos da colonização”.⁴ Note-se que a palavra conversão é aqui empregada em uma dupla acepção: ela se refere, evidentemente, à cristianização dos espaços originalmente ocupados por povos “pagãos”, mas também remete à ideia de sua metamorfose, de sua transmutação em territórios controlados por autoridades que exercem funções de cunho tanto religioso como civil.

A instituição de sedes paroquiais supunha a existência de um núcleo de povoamento estável e de uma certa prosperidade nas zonas que seriam incluídas dentro de cada freguesia. Ao mesmo tempo, a consolidação e o adensamento da ocupação de certas áreas distantes das sedes paroquiais existentes tinham geralmente por consequência a criação de uma nova freguesia. A história da organização eclesiástica da capitania confunde-se, pois, com a história da perenização dos estabelecimentos humanos e do seu desenvolvimento.

De fato, diversos relatos históricos demonstram que, de modo geral, o momento da consagração – ou seja, da oficialização – das pequenas capelas construídas pelos habitantes ao lado de suas lavras ou de suas roças coincidia com o início da formação de uma aglomeração humana mais estável.⁵ Em seguida, a promoção destas ermidas à condição de capelas filiais e, mais tarde, de igrejas matrizes era, frequentemente, uma das consequências do crescimento e da prosperidade dos arraiais em que se situavam, mas também dos espaços rurais circundantes.

Desta forma, podemos considerar as datas de reconhecimento oficial destes edifícios religiosos como índices indiretos da formação e do desenvolvimento dos núcleos de povoamento. Trata-se de uma forma de contornar o problema da ausência de dados demográficos e econômicos suficientemente fiáveis e detalhados que cubram toda a capitania durante o período pesquisado.⁶ A partir de tais datas, foi possível construir mapas que permitem a visualização das etapas sucessivas da colonização de Minas Gerais.⁷

Postulamos, portanto, uma correlação entre o crescimento demográfico-econômico e o desenvolvimento da malha eclesiástica. Mas é importante frisar, desde já, que, se diversas fontes indicam que os critérios econômico e demográfico foram importantes na concessão de autorizações para construção de capelas e na escolha daquelas que seriam promovidas a igrejas matrizes, não se deve concluir que haja linearidade ou qualquer espécie de determinismo neste processo. Como veremos, fatores de ordem política puderam influenciar profundamente a formação das circunscrições eclesiásticas. As paróquias nem sempre foram criadas nos lugares mais populosos e ricos; inversamente, algumas localidades bem povoadas e prósperas da capitania não obtiveram as promoções eclesiásticas que mereciam.

A reconstituição da geografia e da história das implantações da Igreja católica no território de Minas Gerais permite não somente seguir as tendências gerais do processo de povoamento, mas fornece, ainda, elementos para o estudo das diferentes categorias hierárquicas das aglomerações mineiras. Com efeito, a função religiosa contribui para a classificação das localidades: os termos “freguesia” e “capela”, pertencentes ao léxico eclesiástico, podem acompanhar ou substituir a palavra “arraial”, e fazem, portanto, parte das taxinomias urbanas de Minas Gerais, servindo para designar a maior parte das povoações.

HISTÓRICO DAS PRIMEIRAS FUNDAÇÕES

Desde o início do século XVIII, a Coroa portuguesa preocupou-se com a organização eclesiástica da região das minas. Não apenas pelo dever, assumido com Roma, de catequizar os “gentios” e expandir a fé católica no Novo Mundo, mas também porque a religião podia ser um meio bastante eficaz de controle social, tanto quanto a justiça temporal e o “governo político” que ela pretendia instalar nesta zona. Em troca da missão evangelizadora, o papa havia concedido à Coroa portuguesa o privilégio do padroado, segundo o qual o rei, enquanto Grão-Mestre da Ordem de Cristo, tinha diversas prerrogativas: apresentar os bispos, escolher os padres das paróquias coladas, autorizar a construção de igrejas, determinar os limites das dioceses, receber os dízimos.⁸

É fácil compreender que, em se tratando de uma região estratégica como a das minas, o rei não tenha querido partilhar este imenso poder que lhe fora atribuído pelo privilégio do padroado. Assim, enquanto vários conventos e residências de jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas vinham sendo fundados desde o século XVI no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belém e em outras cidades e vilas da colônia, a Coroa proibiria a instalação de ordens regulares na zona mineradora desde o início do século XVIII.

Como se sabe, tal medida teve como consequência a formação de um clero majoritariamente secular nas Minas e de uma vida religiosa orquestrada pelas irmandades leigas. A estas últimas incumbiam não apenas as obras de caridade, mas uma parte considerável da organização da religião. Além do mais, estas associações encarregavam-se de tarefas que eram, *a priori*, da alçada do Estado – a assistência aos pobres, por exemplo – e da Igreja como instituição – a construção de edifícios religiosos, o financiamento dos objetos necessários ao culto.⁹ O estabelecimento de estruturas do poder eclesiástico dependeu, portanto, essencialmente da iniciativa dos habitantes. Movidos por sua religiosidade e por um forte espírito associativo, eles criavam irmandades, erigiam capelas rústicas e remuneravam os religiosos que ali celebravam os ofícios. Algumas destas capelas foram, em seguida, promovidas pelos bispos a igrejas matrizes, ou seja, sedes paroquiais.

Como ocorria em outras partes do império português, assim como em outras nações da Europa, as paróquias ou freguesias constituíam as células de base da organização eclesiástica na colônia. No âmbito das freguesias desenrolavam-se todas as atividades da vida religiosa; mas elas também serviam à administração civil e, em particular, ao fisco – a paróquia sendo a unidade territorial adotada para diversos atos de natureza administrativa, como os recenseamentos e a cobrança de impostos (como o dízimo). Outras semelhanças podem ser identificadas entre as paróquias do Velho e do Novo Mundo. Na França, a palavra “paróquia” (*paroisse*) se referia, ao mesmo tempo, ao templo, à circunscrição territorial e ao conjunto de seus habitantes – os fregueses – submetidos à autoridade de um padre. Na América portuguesa, os termos “paróquia” e “freguesia” tinham também várias significações: eles

designavam o templo – a igreja matriz –, bem como a povoação que a continha (o arraial), o conjunto dos fregueses, e, por fim, o território paroquial, que incluía a povoação sede, áreas rurais e, por vezes, sertões residuais.

Em Portugal, como na França do século XVIII, uma vila ou cidade podia conter várias paróquias, ao passo que uma “aldeia” ou *village* não necessariamente conformava uma unidade paroquial, já que esta última podia abranger vários povoados. Neste caso, a igreja matriz era complementada por igrejas secundárias, ditas “sucursais” ou “anexas”, que se situavam nos diferentes povoados.¹⁰ Na colônia, a estrutura do poder religioso organizava-se de modo similar. No entanto, apenas os maiores centros urbanos continham mais de uma sede paroquial: em Minas Gerais, Vila Rica foi o único exemplo, pelo menos no que diz respeito ao período em estudo. Em toda a capitania, uma paróquia ou freguesia, enquanto circunscrição, compreendia geralmente diversas povoações – a que acolhia a igreja matriz e outras que possuíam apenas uma capela filial.

Além desta diferença, as circunscrições religiosas da colônia – e, em particular, de Minas Gerais – apresentavam outras particularidades. Na Europa, a divisão do território em paróquias se fez na longa duração, e a malha resultante apresentava uma trama extremamente fina, ao contrário do que ocorreu nas terras do Novo Mundo. Nas Minas, a rede paroquial se constituiu em poucas décadas e permaneceu bastante “distendida” durante todo o século XVIII e boa parte do XIX. Bastam alguns números para evidenciar tal contraste: em 1745, o território de Portugal era composto por 3.987 freguesias.¹¹ Na mesma época, Minas Gerais – cuja extensão territorial é seis vezes maior (e comparável à da França) – contava em torno de cinquenta sedes paroquiais, cada uma delas controlando um vasto território, e contando com um número variável de capelas filiais.

A grande extensão territorial é, portanto, uma das características das freguesias mineiras. Este aspecto está, aliás, presente também nas circunscrições civis da capitania, que serão abordadas mais adiante. Outra característica comum aos dois tipos de divisões espaciais é a indefinição inicial dos seus limites: os territórios paroquiais, assim como os concelhos e comarcas, não eram, em geral, demarcados de modo preciso quando da sua instituição. Inicialmente, a paróquia definia-se como o espaço habitado

pelos fiéis que frequentavam a mesma igreja matriz; os limites só se constituíam à medida que o povoamento se intensificava e que surgiam novas paróquias ao redor. Notemos, ainda, que não era unicamente em função da densidade demográfica que o número e o tamanho destas circunscrições eclesiásticas eram estabelecidos: o relevo, a hidrografia, as condições das estradas, a cobertura vegetal, enfim, as “fricções” ou “rugosidades”¹² do terreno também podiam determinar a criação de novas unidades territoriais e a (re)definição dos seus limites.

DAS “FREGUESIAS MÓVEIS” ÀS PRIMEIRAS IMPLANTAÇÕES FIXAS (1700-1720)

Durante os primeiros anos da ocupação do “sertão dos Cataguases”, os mineiros só puderam contar com seus próprios recursos para obter a “assistência espiritual” de que tanto necessitavam no interior daquelas terras inóspitas e “pagãs”. Os ofícios católicos realizavam-se em capelas efêmeras, ou mesmo diante de altares portáteis instalados ao lado dos ribeiros auríferos. Os celebrantes eram religiosos regulares e seculares que acompanhavam os paulistas como capelães de expedição, ou ainda frades rebeldes que abandonavam seus conventos em Portugal ou nas capitanias do Nordeste: como os colonos, muitos deles também ambicionavam um enriquecimento rápido e se puseram em marcha para a região mineradora tão logo souberam das descobertas.

Para além de suas missões apostólicas, alguns dos religiosos que partiam para as minas perseguiam, portanto, um fim idêntico ao dos aventureiros com os quais se misturavam. Alguns se contentavam em administrar os sacramentos em troca de um pagamento em ouro. Assim, nos anos de 1726-1728, o padre Manoel da Silva Borges recebia “meia oitava de esmola” (aproximadamente 1,8 grama de ouro) para rezar a missa para a bandeira de Luiz Borges Pinto que, então, andava em busca das célebres jazidas da Casa da Casca, nos matos do rio Doce.¹³ Outros religiosos tornaram-se ricos proprietários de fazendas e terrenos auríferos; segundo um relato estabelecido por volta de 1730, o primeiro explorador das minas do arraial do Rio das Mortes (a futura vila de São João del-Rei) foi o frei Pedro do Rosário, da “Ordem de São Paulo”.¹⁴ Outros, ainda, vieram a enriquecer com o comércio:

foi o caso do frei Francisco de Meneses, que se tornou sócio de Amaral Gurgel – um rico negociante do Rio de Janeiro, a quem o governador Artur de Sá concedera o monopólio do comércio de carne bovina na região das minas.¹⁵

Ora, esses religiosos – tão independentes – rapidamente adquiriram uma péssima reputação perante as autoridades locais e metropolitanas; aliás, é provável que, com seu procedimento, eles tenham contribuído para a proibição do estabelecimento de conventos em Minas Gerais. Por volta de 1718, o governador Dom Pedro de Almeida reprovava-lhes o fato de se ocuparem com atividades estranhas às suas funções e, ainda mais grave, acusava-os de incitar a população a não pagar os impostos devidos à Coroa e de participar ativamente do contrabando de ouro.¹⁶

Desde o início do século XVIII, o rei planejava expulsá-los da região, substituindo-os por religiosos de confiança, que seriam enviados pelo bispo do Rio de Janeiro e pelo arcebispo da Bahia.¹⁷ Contudo, segundo um relatório de agosto de 1702, assinado por Álvaro Silveira e Albuquerque, governador da capitania do Rio de Janeiro, tal procedimento não parecia viável. Segundo ele, nem os administradores dos conventos do Rio de Janeiro nem o bispo desta diocese dispunham de recursos humanos e materiais suficientes para levar a cabo as “missões do Recôncavo”, realizadas nas redondezas, e menos ainda para executar o projeto metropolitano de introduzir, oficialmente, a fé católica nos sertões das minas:

Vendo a ordem inclusa faço presente a V. Majestade que na Junta das missões em que assistiu o Bispo (...), Arthur de Sá Menezes, e os Prelados das Religiões, (...) e conhecendo nestes religiosos grande desejo de servirem e obedecerem a V. Majestade, representaram mui dificultosa a missão de seus religiosos às minas que de novo V. Maj. lhes encomenda (...) assim pela falta de religiosos práticos na língua, como pelo desagrado que acham nos Párocos, que, com as pequenas côngruas que têm sentem a despesa, ainda que limitada com eles se acomodam, e quando esta missão do Recôncavo vizinho não se acabe de satisfazer (...) mal podem acudir juntamente à missão das minas (...).¹⁸

A dificuldade de acesso à região mineradora constituía uma barreira suplementar à missão apostólica, tanto mais que o desconforto da viagem fazia aumentar o preço dos víveres:

A maior parte do caminho se há de andar a pé, subindo e descendo serras muitos dias, e outras partes se passam em canoas e pontes de dois paus que comumente armam os que chegam aos ribeiros, ou os passam descalços, e o sustento grosseiro é mui custoso, assim pelo caminho como nas minas, e ainda não se pode vencer a jornada sem companhia, cuja despesa se não podiam abrigar seus conventos, causa porque os religiosos que existem nas minas não são seus súditos, mas transportados desse Reino (...).¹⁹

As autoridades reunidas na junta do Rio de Janeiro propunham, contudo, algumas medidas paliativas:

E seria mui conveniente que fossem alguns missionários do Colégio da Companhia e dos Conventos de São Paulo, que são mais práticos na língua do gentio, e de onde o caminho não é tão fragoso, para com sua doutrina e presença encaminharem as almas, para o que V. Maj. devia concorrer com sua doutrina, digo, ajuda de custo, com mão larga, pela carestia dos mantimentos e a todos uniformemente pareceu conveniente este arbítrio e remédio, que se praticará enquanto V. Maj. não dispõe o que for mais do seu Real Serviço.²⁰

Mas a Coroa não estava disposta a financiar tal empreendimento. Quanto às missões jesuítas, elas jamais chegariam às minas – pelo menos, não na região das primeiras descobertas, de onde os autóctones já haviam sido expulsos – ou, como mostram pesquisas mais recentes, onde ocorreu um processo de assimilação e de mestiçagem que fez com que esses índios se tornassem “invisíveis” para os historiadores.²¹ De fato, há indícios de que, entre 1712 e 1714, padres jesuítas e capuchinhos foram impedidos de se estabelecerem “no Rio das Mortes, no Ribeirão do Carmo e no Sabará”.²² Por outro lado, é preciso lembrar que algumas missões tiveram lugar no período 1720-1750, no atual Triângulo Mineiro (que só foi oficialmente anexado à capitania de Minas Gerais em 1816). Em meados do século, esta região – situada a oeste das primeiras descobertas – ainda abrigava uma considerável população de Bororós e Caiapós.²³

Diante da falta de padres, o governador e o bispo do Rio de Janeiro não tiveram alternativa senão tolerar, por algum tempo, a presença dos religiosos de má reputação nas minas – pois, apesar

de tudo, eles vinham assegurando “algum remédio espiritual” aos habitantes do lugar.²⁴ Não obstante, as autoridades metropolitanas insistiriam na necessidade de, a médio prazo, expulsar das minas estes religiosos excessivamente autônomos, sobretudo os frades: apenas os missionários franciscanos e capuchinhos italianos seriam autorizados a realizar missões periódicas e a recolher “esmolas”.²⁵

Durante várias décadas, os representantes do rei tentariam, em vão, colocar em prática a ordem régia: os regulares, em particular, não reconheciam a autoridade dos bispos e afirmavam não dever obediência senão aos seus superiores diretos.²⁶ Na realidade, eles não apenas conseguiriam permanecer nas minas, como acabariam sendo integrados ao sistema de organização eclesiástica que foi estabelecido.

A opinião das autoridades do Rio de Janeiro demonstra, no entanto, que a falta de padres confiáveis não era o único empecilho para a instalação efetiva do poder eclesiástico nas Minas. Em 1702, o bispo Dom Francisco de São Jerônimo cogitava enviar seculares à região, mas se mostrava bastante consciente da principal dificuldade com a qual eles ver-se-iam confrontados na assistência aos habitantes: o caráter efêmero e itinerante dos estabelecimentos mineradores. Levando em conta estas circunstâncias, não parecia haver outra saída senão a de adotar o método seguido até então pelos religiosos que se pretendia expulsar:

Ouvindo o Bispo as dificuldades propostas, e também a necessidade urgentíssima que, Artur de Sá Menezes referia, tinham os habitadores das minas de remédio espiritual dos sacramentos, achando-se obrigado na consciência dar conta a Deus destas almas, propôs-lhe parecia (*sic*) mandar sacerdotes suficientes que, repartidos pelos ranchos dos Ribeiros em distância competente, levantassem altar portátil e administrassem os sacramentos aos seus como Paroquianos, para que os previna (*sic*) de ornamentos, e mais fábrica que fosse necessária para este uso, e os habitantes dos ditos ribeiros contribuirão a justa sustentação para os tais sacerdotes viverem, e quando uns de Ribeiros passassem para outros, se derrubariam os altares, e nos sítios novos se erigiriam outros, para não faltar com a cura espiritual às almas, e tanto que estes religiosos estivessem nas minas, se mandariam logo recolher os religiosos que nelas habitavam como V. Maj. é servido mandar (...).²⁷

No entanto, ao mesmo tempo que o bispo do Rio de Janeiro despachava seus “sacerdotes” para a região das minas, o prelado da Bahia tomava medidas similares, enviando padres regulares – beneditinos e carmelitas – para tratar da cura espiritual dos mineiros. Isso provocou um litígio entre as duas autoridades diocesanas, que passaram a disputar a jurisdição sobre as minas e, em particular, sobre aquelas situadas à margem do rio das Velhas (afluente do rio São Francisco).²⁸

Num famoso relato contemporâneo, encontramos uma rápida alusão à situação de fluidez e de precariedade que caracterizava o início da ocupação e da “conversão” dos sertões de Minas:

Quanto ao espiritual, havendo até agora dúvidas entre os prelados acerca da jurisdição, os mandados de uma e outra parte, ou como curas ou como visitadores, se acharam bastante embaraçados. E não pouco embaraçaram outros, que não acabam de saber a que pastor pertencem aqueles rebanhos. E quando se averigüe direito do provimento dos párocos, pouco hão de ser temidos e respeitados naquelas freguesias móveis de um lugar para outro como os filhos de Israel no deserto.²⁹

Entre 1703 e 1704, contudo, algumas dessas “freguesias móveis” deixaram de sê-lo: nesta época, certos arraiais começavam a dar prova de estabilidade, graças ao caráter mais intensivo adquirido pela mineração, mas também em consequência do desenvolvimento progressivo da agricultura e do comércio na zona aurífera. Os aventureiros ali se instalavam para explorar as minas e cultivar as terras de que tomavam posse, ao mesmo tempo que continuavam a realizar expedições esporádicas nos sertões vizinhos, na esperança de encontrar jazidas ainda mais ricas e de mais fácil extração.

As autoridades eclesiásticas puderam, então, começar a se instalar nas Minas de maneira menos precária, apoiando-se sempre nas bases físicas criadas pelos habitantes. Segundo um relato anônimo do século XVIII sobre a descoberta das primeiras minas, o bispo D. Francisco de São Jerônimo teria delegado a um dos mais ricos pioneiros da região o poder de decidir sobre a criação de capelas “fixas” em certas paragens do vale do ribeirão do Carmo. Nos primeiros anos do século, Salvador Furtado – bandeirante oriundo da vila de Taubaté e influente proprietário de datas minerais e de roças³⁰ – recebia

licença ampla (...) do Exmo. e Revmo. D. Francisco de São Jerônimo, bispo do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, como então era, para poder armar altar portátil em qualquer parte, e erigir capelas onde quer que fosse necessário para se administrar todos os sacramentos aos católicos que o procurassem naqueles desertos, que então o eram, pelo Capelão que consigo trazia.³¹

Salvador Furtado teria sido o fundador do primeiro edifício religioso de construção mais duradoura – embora ainda rústica – no qual, por volta de 1703, o bispo instituiu a primeira freguesia de toda a região mineradora.³² Trata-se da capela de Nossa Senhora do Carmo, erigida no rico arraial mineiro homônimo – que também seria o primeiro a ser elevado à condição de vila, em 1711, pelo governador Antônio de Albuquerque (vila de Nossa Senhora do Carmo, mais tarde cidade de Mariana).³³ O orago de matriz foi, em seguida, transferido para uma ermida fundada por outro pioneiro do arraial, o português Antônio Pereira Machado. Tal capela, onde oficiava “o frei Antônio do Rosário, religioso Carmelitano”, foi então ampliada, pois era tão pequena “que só cabia o altar dentro dela, e o acólito para ajudar a missa, e o povo ficava no pátio defronte”.³⁴

A descendência de Salvador Furtado – que, diga-se de passagem, incluía filhas e netos com sangue indígena – também participou ativamente da conquista dos sertões e da fundação das capelas. Seu filho Bento Fernandes Furtado foi bandeirar para a parte do sul, no “sertão incógnito” que ficava entre o ribeirão do Carmo e o Guarapiranga. Ali, ele descobriu várias faisqueiras, em rios que depois foram explorados com sucesso por outros mineiros, “razão porque foram povoando sítios, arraiais, capelas, freguesia com muita utilidade dos povos e da Real Fazenda de Sua Majestade”.³⁵

De fato, por volta de 1705, Furtado conseguiu obter do bispo a criação de uma segunda paróquia, em São Caetano, a jusante do mesmo ribeirão do Carmo, onde se situava a maior parte de seus domínios. Em seguida, no mesmo vale, três outros arraiais tornar-se-iam sedes de novas paróquias: Furquim, São Sebastião e Sumidouro. Porém, naquela altura, o bispo designaria apenas dois padres para cuidar destas cinco paróquias.³⁶ Fato que nos leva a pensar que, se é provável que arraiais tão próximos

apresentassem, na época, um crescimento demográfico capaz de justificar a fundação de diversas paróquias, por outro lado, a população não parecia ter recursos suficientes para erigir cinco igrejas paroquiais e sustentar igual número de padres.

Com efeito, há indícios que sugerem que, do ponto de vista econômico, as localidades do vale do Carmo desenvolveram-se de modo bastante desigual. Muitos anos se passaram antes que seus habitantes pudessem construir edifícios religiosos “decentes”, equipados e ornamentados segundo as necessidades do rito católico – com paramentos litúrgicos, imagens, cálices, vasos e ostensórios em prata. Durante os primeiros anos do século XVIII, o padre nomeado para as paróquias de São Caetano, Furquim, São Sebastião e Sumidouro preferia celebrar seus ofícios em uma capela privada, situada no interior das terras de Salvador Furtado, uma vez que era a única da zona que possuía os objetos necessários ao culto. Lembre-se, ainda, de que várias destas igrejas jamais puderam ser concluídas: em um relatório de visitas pastorais do início do século XIX, a igreja de Furquim aparece como uma das poucas do vale do Carmo cuja obra chegou à fase dos acabamentos (colocação de campas, forros, execução de pinturas e douramentos).³⁷

Em 1712, o arraial de Sumidouro ainda não dispunha de uma igreja matriz digna deste nome: um dos seus habitantes, o português Lourenço Domingues, teve de ser sepultado a várias léguas dali, dentro da matriz da vila de Nossa Senhora do Carmo.³⁸ Tratava-se, sem dúvida, de um membro da elite local; um século mais tarde, o viajante Auguste de Saint-Hilaire observaria que, em Minas, apenas as pessoas de “condição inferior” eram enterradas em cemitérios exteriores às igrejas; os túmulos dos homens ilustres situavam-se nas campas (sob o piso em madeira).³⁹

No mesmo vale do Carmo, bem como em outras zonas mineadoras, durante os primeiros anos do século XVIII, as matrizes de instituição episcopal coexistiam com capelas provisórias, assistidas por frades ou por padres seculares independentes. Segundo um testemunho da época, havia, no rio das Velhas, por volta de 1706, três freguesias – Sabará, Roça Grande e Raposos. Nessas três localidades, havia “vigários” – ou seja, religiosos nomeados pelo bispo – enquanto que, em outros arraiais, eram “clérigos” que celebravam a missa nos terreiros dos habitantes, ao lado de suas

toscas cabanas e diante de altares feitos de galhos e “esteiras de taquara” – ou, na melhor das hipóteses, em ermidas que tinham paredes de terra e que eram fechadas “com porta”, mas cobertas de capim “que não havia ainda telha”.⁴⁰

Nos anos seguintes, diversas capelas surgiram nas zonas de Ouro Preto, Rio das Mortes e Serro, e algumas delas rapidamente adquiriram o status de sede paroquial. Podemos notar que tais capelas – o que vale dizer, os arraiais estáveis – encontram-se, sobretudo, nas principais regiões auríferas (ao longo da serra do Espinhaço), com concentrações mais importantes em torno do Ribeirão do Carmo, de Ouro Preto, do Rio das Mortes e do Rio das Velhas. Nessas zonas situava-se, ainda, a maior parte das sedes paroquiais, pois se tratava, sem dúvida, das partes mais densamente povoadas (Figura 2.1).

Paralelamente à construção de capelas e à sua promoção à categoria de igrejas matrizes, muitas irmandades constituíram-se nos arraiais da região mineradora.

Como suas homólogas europeias, as confrarias da colônia – e, em particular, as de Minas Gerais – atendiam a finalidades ao mesmo tempo espirituais e práticas.⁴¹ Elas reuniam os fiéis que tinham devoções específicas – ao Santíssimo Sacramento, às Almas do Purgatório, à Virgem e aos diversos santos – e, ao mesmo tempo, constituíam mecanismos de assistência mútua e caridade. Cada irmandade dispunha de recursos financeiros próprios, geridos por um corpo administrativo que refletia as hierarquias sociais – os cargos de responsabilidade sendo frequentemente ocupados pelos mais abastados e instruídos. As condições de admissão eram regulamentadas por estatutos que estabeleciam exigências estritas quanto à origem e aos costumes de seus associados; algumas irmandades só aceitavam uma determinada categoria étnica ou social.⁴²

Em Minas Gerais, região profundamente marcada pela escravidão e pela mestiçagem, estes grupos associativos tinham características particulares no tocante à sua composição social e aos seus objetivos. A irmandade dos devotos do Santíssimo Sacramento, por exemplo, reunia as elites das vilas e arraiais e, em princípio, aceitava apenas homens brancos cuja ascendência e costumes fossem julgados convenientes pelos outros irmãos. Antes de aceitar um novo membro, era preciso se informar “da vida, costumes

daquele cujo que quer ser irmão, se é judeu, ou de qualquer outra infecta nação,⁴³ ou se conhecidamente perde o juízo, com bebidas”.⁴⁴ Outras associações, ao contrário, admitiam em seu seio grupos bastante heterogêneos. Era o caso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, do arraial de Bacalhau:

Toda pessoa que se quiser assentar por irmão, nesta Irmandade do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, seja homem, ou mulher, branco, pardo, ou preto, escravo ou livre, se lhe fará assento em um livro, que haverá para esse efeito, assinando-se nele, e dará de entrada doze vinténs de ouro e, de anual, seis, e todo aquele que se quiser remir, dará quatro oitavas.⁴⁵

As confrarias de Nossa Senhora do Rosário reuniam principalmente negros, mas também autorizavam a entrada de mestiços e brancos – tanto mais porque alguns postos administrativos, como os de secretário e tesoureiro, só podiam ser ocupados por pessoas capazes de ler e escrever, fato mais corrente entre os brancos.⁴⁶

Fato comum nesse tipo de associação, as irmandades de Minas Gerais eram também estruturas assistenciais. Entre os devotos do Santíssimo Sacramento, por exemplo, a presença dos irmãos nos enterros e as visitas aos doentes eram obrigatórias. A solidariedade entre os membros era, aliás, particularmente forte nessa região, onde a riqueza dos habitantes podia ser tão efêmera quanto os filões que eles exploravam; com efeito, alguns estatutos previam mecanismos de auxílio para os irmãos que caíssem na pobreza.⁴⁷ É interessante notar ainda a preocupação com o destino dos escravos, que aparece em “compromissos” de algumas irmandades de negros e mestiços. O da Irmandade das Mercês de Mariana determinava que “o irmão que for escravo, sendo este zeloso para nossa Irmandade, e o senhor não tiver dúvida na sua libertação, a Irmandade fará com que ele, dito senhor, quarte⁴⁸ o irmão escravo em preço razoável e ajudará ao dito irmão escravo para se pôr em liberdade”.⁴⁹

Essas associações desempenhavam, portanto, papéis essenciais dentro da sociedade mineradora, para além de sua função primeira, de ordem espiritual, que estava prevista na legislação eclesiástica. Segundo as *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia* – corpo legislativo que regulamentava a organização da religião na América portuguesa, publicado em 1707 pela suprema

autoridade eclesiástica da colônia (o arcebispo da Bahia) –, todas as igrejas paroquiais deveriam abrigar um certo número de irmandades, a fim de que seus habitantes pudessem venerar os santos mais importantes e, principalmente, para que exprimissem uma devoção particular “à do Santíssimo Sacramento, e do Nome de Jesus, à de Nossa Senhora” e, caso o número e a “capacidade dos fregueses” justificassem a criação de uma confraria suplementar, também “às Almas do Purgatório”.⁵⁰

Esta última observação sugere que o número de irmandades de uma localidade está associado à sua importância demográfica. Levando-se ainda em conta o fato de que as confrarias mineiras geralmente agrupavam os fiéis por categoria étnica e socioeconômica, podemos considerar o número e a natureza das confrarias como indicadores do tamanho da população, assim como da estrutura e do nível de estratificação da sociedade local. Segundo Caio Boschi, a história destas associações confunde-se com a história social de Minas no século XVIII: “seguindo suas constituições e desenvolvimentos, assiste-se à formação e à estruturação desta sociedade. Os dois fenômenos avançam *pari passu*. É difícil determinar qual deles exerce influência sobre o outro.”⁵¹

Além disso, na medida em que elas assumiam a tarefa de construir e ornamentar as igrejas e de organizar as festas católicas, estas associações influenciaram fortemente o desenvolvimento da arquitetura, das artes e da música e deixaram sua marca até mesmo no traçado e na paisagem urbana – a profusão de capelas e igrejas de irmandades imprimindo uma silhueta original às povoações das Minas setecentistas. A análise quantitativa e qualitativa da implantação das irmandades nos arraiais e vilas de Minas Gerais pode, pois, fornecer indícios sobre os diferentes níveis de riqueza e desenvolvimento cultural e social das aglomerações. Retomaremos este assunto na segunda parte deste livro.

“COLAÇÃO” E HIERARQUIZAÇÃO DAS PARÓQUIAS (1724-1752)

Por volta de 1704, quando a exploração das primeiras unidades agrícolas da zona mineradora começava a dar frutos, a Coroa estabeleceu um sistema de coleta do dízimo eclesiástico.⁵² Não obstante, foi somente em 1724 que o rei Dom João V decidiu assumir – e ainda de forma incompleta – o dever de financiar

o culto católico da nova capitania. A razão deste atraso está no caráter específico de tal imposto nos territórios coloniais: a coleta do dízimo e sua utilização apresentam peculiaridades que repercutiram decisivamente no desenvolvimento da rede eclesiástica mineira.

O DÍZIMO E OS BENEFÍCIOS ECLESIÁSTICOS

Como se sabe, o dízimo corresponde à décima parte dos produtos da terra. Na metrópole, ele era recolhido por instituições religiosas e destinava-se ao pagamento das cômguas (remuneração dos padres), ao financiamento da construção e do reparo das igrejas e à compra dos objetos necessários às celebrações. Na colônia, cabia ao rei – como Grão-Mestre da Ordem do Cristo e patrono das igrejas do Novo Mundo – o direito de receber o dízimo e acrescentá-lo às outras receitas do Estado (o imposto sobre o ouro, sobre o sal, as taxas alfandegárias etc.). Nestes territórios ultramarinos, o dízimo era, portanto, considerado como um Direito Real.⁵³ Especialmente em Minas Gerais, onde as ordens religiosas não puderam se implantar, era, com efeito, a própria Coroa que estabelecia a forma de cobrança do dízimo e decidia sobre a aplicação de suas copiosas receitas.

Em 1715, adotou-se o mesmo sistema que era então utilizado para o recolhimento de outros impostos, ou seja, os contratos estabelecidos com particulares – os “contratadores dos dízimos”. Inicialmente, tais contratos eram trienais e dividiam-se em três setores distintos, cada um tendo o seu próprio contratador. Estas divisões correspondiam às três grandes zonas de povoamento da região mineradora: a primeira incluía as minas de Ouro Preto e o vale do Carmo; a segunda cobria as chamadas minas do Rio das Mortes; por fim, a terceira abrangia as minas de Sabará (Rio das Velhas) e do Serro do Frio. Como os contratos do dízimo eram arrematados por um preço estabelecido pela Coroa, o lucro dos contratadores só existia se eles conseguissem arrecadar uma soma superior ao valor pré-fixado. Assim, para garantir o retorno do seu investimento, estes agentes do fisco tinham que ser implacáveis nas suas cobranças e, por isso, sempre tiveram má fama: em 1775, o próprio Marquês de Pombal, ministro do rei José I, reconhecia que os contratadores deveriam ser melhor

controlados, pois, “levados unicamente de sua cobiça, nenhum caso fazem de assolar os povos, e arruinar os lavradores”.⁵⁴

Todavia, o que nos interessa mais especificamente não é tanto a maneira pela qual o dízimo era recolhido, mas o uso que dele era feito. Segundo alguns historiadores, é fato que a receita dos dízimos – que em Minas Gerais, atingiu somas consideráveis⁵⁵ – serviu menos para pagar as cômguas dos padres e a construção de matrizes do que os salários dos governadores, magistrados, funcionários do fisco e oficiais militares.⁵⁶

Ora, de acordo com as *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, todas as igrejas paroquiais da colônia pertenciam ao rei de Portugal, “perpétuo administrador” da Ordem de Cristo. Em função disso, a Coroa deveria pagar um “dote” que ajudasse na construção e conservação das matrizes:

Tem o mesmo Senhor com muita católica providência mandado pagar pontualmente (...) os dotes das Igrejas, que é seis mil réis a cada Igreja, e oito para as que estão em Vilas: assim como com muito liberal mão, como tão zeloso e católico Rei, manda dar grossas esmolas, assim para a edificação, como para a reedificação das ditas igrejas.⁵⁷

Contrariamente a esta descrição do arcebispo Monteiro da Vide, as informações disponíveis sugerem que, pelo menos em Minas Gerais, tais doações régias foram raras, a maior parte das despesas ficando mesmo a cargo dos habitantes. De fato, as matrizes de Minas foram erguidas graças ao empenho das irmandades, em especial as do Santíssimo Sacramento e as ordens terceiras do Carmo e da Penitência, que reuniam as elites locais.⁵⁸ Quando uma ajuda se tornava realmente indispensável para viabilizar tais obras, o rei procurava se livrar do encargo apelando em primeiro lugar para os oficiais das câmaras, aos quais ele recomendava que promovessem (e financiassem) a construção de matrizes no interior dos seus territórios de jurisdição (os termos).⁵⁹

Quanto à remuneração dos padres, ela foi assumida apenas parcialmente pela Coroa. Durante as duas primeiras décadas de ocupação, todas as freguesias de Minas foram instituídas e providas pelos prelados da colônia: pelo arcebispo da Bahia, no caso da porção norte do vale do São Francisco e, sobretudo, pelo bispo do Rio de Janeiro, responsável pela criação de todas

as paróquias das zonas propriamente mineradoras (centro e sul da capitania). Tais padres, que eram encomendados,⁶⁰ não recebiam cônica e para subsistir cobravam da população as “conhecenças”, que eram taxas diferenciadas (e em geral muito elevadas) para cada tipo de celebração ou sacramento. Tais cargos de vigários encomendados eram, em princípio, temporários, os curas devendo ser substituídos por “vigários colados” – ou seja, por “padres perpétuos”, nomeados pelo rei, e que recebiam da Coroa os benefícios eclesiásticos (cônicas).

É importante notar que esta diferença de estatuto entre os padres correspondia a uma distinção de hierarquia entre as paróquias. Temos então, de um lado, os “curatos” ou “paróquias encomendadas”, que eram providas por vigários nomeados pelo bispo e remunerados pela população. De outro lado, temos as paróquias ou “freguesias coladas”, ou “colativas”, servidas por vigários colados – os padres “perpétuos” nomeados pelo rei e beneficiários da cônica.

Segundo as mesmas *Constituições*, os bispos tinham a prerrogativa e a obrigação de nomear vigários encomendados para as freguesias coladas nas quais os padres instituídos pela Coroa estivessem impedidos de exercer suas funções – seja por doença, por morte, ou por ausências prolongadas.⁶¹ Mas, na prática, estas nomeações episcopais contemplaram essencialmente paróquias que acabavam de ser instituídas pelos próprios bispos nas Minas, muitas delas não chegando jamais a serem providas de vigários colados. Esta situação ocorria, aliás, em toda a América portuguesa: uma parte considerável das igrejas da colônia não pôde contar com vigários colados, conservando-se como paróquias encomendadas. Em 1778, entre as 102 freguesias instituídas pelo bispo do Rio de Janeiro nas Minas, somente 52 eram coladas, ou seja, 51% do total. Na diocese de São Paulo, a porcentagem é ainda menor: 22% (13 freguesias coladas num total de 59 paróquias).⁶² Já em Minas, a tendência se inverteu: por razões que procuraremos determinar mais adiante, 75% das paróquias criadas pelos bispos na primeira metade do século XVIII foram transformadas em freguesias coladas pelo rei de Portugal.

Ainda assim, a maior parte dos fregueses da capitania tinha que pagar pela administração dos sacramentos, o que suscitou muitos protestos. Se no início da ocupação os pioneiros paulistas aceitavam pagar uma oitava (aproximadamente 3,6 gramas de

ouro) para a “desobriga” (a confissão e comunhão obrigatórias no período da Páscoa), e meia oitava de ouro por uma simples confissão, os muitos portugueses que, posteriormente, chegaram às Minas não acharam normal o fato de deverem remunerar os padres, uma vez que já pagavam o dízimo. E não só eles: em carta datada de 25 de abril de 1712, o próprio bispo do Rio de Janeiro achava inadmissível que os habitantes das Minas continuassem obrigados a edificar igrejas e a pagar pelos serviços religiosos, sendo que o produto da arrecadação dos dízimos na capitania ultrapassava os cem mil cruzados. No ano seguinte, a câmara da vila de Ribeirão do Carmo pedia ao rei que “aliviasse” os povos, utilizando o produto do dízimo no pagamento das cômguas.⁶³

Em 1718-1719, o bispo do Rio de Janeiro fixava preços mais razoáveis para confissões e comunhões (um quinto de oitava de ouro), ao passo que a Coroa decidia, enfim, iniciar o pagamento da cômguia anual de cem mil réis aos padres.⁶⁴ No entanto, esta decisão só seria executada alguns anos mais tarde. Foi somente em 1724 que Sua Majestade instituiu oficialmente as vinte primeiras freguesias coladas em Minas, sendo que existiam então pelo menos 31 paróquias encomendadas.⁶⁵

A Coroa procurou sempre reduzir ao mínimo indispensável os investimentos em territórios coloniais, de modo a tirar o maior proveito possível das riquezas dali extraídas. É evidente que, do ponto de vista financeiro, não seria interessante conceder benefícios eclesiásticos a todas as paróquias criadas pelos bispos. Com efeito, tudo indica que o rei só criava freguesias coladas quando isso lhe convinha por alguma razão, e a escolha das localidades não era, obviamente, feita ao acaso.

A INSTITUIÇÃO DAS FREGUESIAS COLADAS

Em 1721, as rebeliões que eclodiram no sertão do São Francisco e em importantes centros mineradores levaram a Coroa a separar o governo da região das minas do de São Paulo. Como veremos adiante, foi neste contexto que se criou a capitania de Minas Gerais, com sede em Vila Rica. Nesta época, planejou-se também a criação de um bispado para Minas Gerais – projeto que só foi concretizado duas décadas mais

tarde –, de modo a assegurar uma melhor eficácia na organização da vida religiosa e no controle do clero mineiro.

Tal medida se fazia necessária, uma vez que a interdição dos padres regulares não havia resolvido os problemas que afligiam a Coroa. Os seculares que se instalavam nas Minas “como indivíduos particulares” eram, como os frades, acusados de serem “revoltosos”, ambiciosos e simoníacos, de faltarem “com o pasto espiritual às ovelhas”, de práticas licenciosas, além de se mostrarem “rebeldes em pagar os quintos, pretendendo não serem a isso obrigados”.⁶⁶

O “comportamento escandaloso” do clero de Minas Gerais foi tema de muitos documentos que circularam entre Lisboa, a diocese do Rio de Janeiro e a nova capitania. Alguns padres estavam, inclusive, ligados às sedições dos sertões do São Francisco.⁶⁷ Mas não parecia fácil resolver a questão, uma vez que estes religiosos “não podiam ser expulsos como o foram os frades”, por ser necessária a presença de sacerdotes nas minas para “a administração dos sacramentos e mais funções sagradas da religião”.⁶⁸ Assim, a partir de 1723, diversas ordens régias determinavam que “se não consentissem nas Minas clérigos desnecessários, mas só aqueles que fossem precisos para o serviço das igrejas”.⁶⁹ Porém, mais uma vez, tais ordens não tiveram “a melhor observância”:

Assistem na Capitania de Minas muitos clérigos ociosos e inúteis que se ocupam em negociações e que escandalizam os povos com suas licenciosas vidas e com as perturbações com que inquietam o sossego público; mas não deixam de haver sacerdotes de boas letras e que edificam pela sua virtude.⁷⁰

É de se supor que a instituição de vinte freguesias coladas nos principais centros mineradores faça parte das medidas então tomadas para pôr fim à instabilidade social e política na capitania. Num tal contexto, era sem dúvida desejável que houvesse homens da confiança de Lisboa no “governo espiritual” dos arraiais mineiros. De fato, o rei de Portugal não tinha controle sobre a nomeação de padres que servissem em paróquias encomendadas, e a experiência demonstrava que os bispos da colônia nem sempre

eram confiáveis, agindo muitas vezes em interesse próprio. O historiador Diogo de Vasconcelos afirma que tais dignitários não faziam muitos esforços para fazer cumprir as ordens reais de expulsar os religiosos corrompidos. Pelo contrário, no intuito de aumentar seu poder diante das autoridades civis da colônia,⁷¹ os bispos ordenaram um grande número de padres e enviaram para Minas muitos religiosos sem vocação, que pretendiam apenas escapar da justiça temporal.⁷²

No entanto, as razões alegadas para a criação das primeiras paróquias colativas não foram de ordem política. Segundo a carta régia de 12 de fevereiro de 1724, as localidades haviam sido escolhidas a partir de uma lista preparada pelo bispo do Rio de Janeiro e por Dom Lourenço de Almeida, governador da capitania de Minas Gerais, recentemente separada de São Paulo. Este documento continha o nome de 12 paróquias encomendadas que as autoridades coloniais consideravam como boas candidatas para se tornarem freguesias coladas. A esta lista Dom João V decidia, porém, acrescentar oito igrejas. Segundo as informações de que dispunha, elas também mereciam receber o benefício eclesiástico em função do lugar onde haviam sido erigidas, dos emolumentos que aí recebiam os padres e do expressivo “número de fregueses” que reuniam.⁷³ As outras paróquias de Minas que não figuravam no documento eram, em princípio, menos dignas de nota e deveriam permanecer no estado de curatos (paróquias encomendadas).

As justificativas apresentadas por Dom João V permitem concluir que esta relação enumera os vinte mais importantes estabelecimentos da capitania em 1724, do ponto de vista demográfico e econômico. Tratava-se das freguesias de Antônio Dias, Pilar do Ouro Preto, Nossa Senhora do Carmo, Furquim, Ouro Branco, São Sebastião, São Bartolomeu, Guarapiranga, Cachoeira do Campo, São José, Rio das Mortes (São João del-Rei), Sabará, Raposos, Caeté, Santa Bárbara, Catas Altas, Pitangui, Roça Grande, Rio das Pedras, Vila do Príncipe. Mas não se deve esquecer que muitas destas localidades também tinham uma importância política: oito dos vinte arraiais que então se tornaram sedes de freguesias coladas tinham sido elevados à categoria de vila entre 1711 e 1718.⁷⁴

Segundo a decisão real, havia, entre as ditas freguesias, algumas que tinham limites “tão dilatados” que impediam que apenas um padre pudesse “administrar com a devida prontidão os sacramentos aos fregueses”. Em tais circunscrições, o bispo deveria instituir capelães ou coadjutores, que cuidariam das capelas filiais frequentadas pelos habitantes dos arraiais e fazendas mais distantes da sede da paróquia.⁷⁵ As freguesias referidas pela ordem real eram aquelas cujas sedes se encontravam nas oito vilas de Minas, então recém-criadas,⁷⁶ acrescentando-se ainda as de Catas Altas e de Nazaré da Cachoeira do Campo. É importante observar que estes territórios paroquiais não eram apenas os mais extensos, mas também os que reuniam uma população com recursos suficientes para arcar com a remuneração dos padres designados para as capelas filiais.⁷⁷ Outro indício de opulência reside no fato de que, em poucos anos, muitas destas capelas tornar-se-iam matrizes de paróquias encomendadas, e algumas delas sendo, mais tarde, transformadas em freguesias coladas.⁷⁸

Em 1727, o rei cogitava criar novas freguesias colativas, e pedia ao governador que lhe remetesse as informações necessárias para a escolha das localidades:

um mapa das Vilas e lugares do distrito dessas Minas, *com a declaração dos fogos de que constam*, freguesias que há e quantas mais lhe serão necessárias presentemente e quantos e quais são os vigários que a seu cargo têm tão copioso rebanho, *que emolumentos percebem* e de que cõngruas necesssitarão para viverem com abundância e sem tratarem de mais negociações que da salvação de seus fregueses.⁷⁹

No entanto, somente ao cabo de 25 anos é que a Coroa efetuaría estas novas promoções, pouco depois da instituição do bispado de Minas Gerais. Ao assumir o cargo, o primeiro bispo ainda encontraria muitos padres que viviam de “outros negócios”, e mesmo alguns cujo único objetivo era o de “enriquecerem para voltarem para o Reino”, e que vexavam e perturbavam os seus fregueses, exigindo que pagassem emolumentos maiores do que os estipulados “no novo Regimento”.⁸⁰

A diocese de Minas Gerais foi oficialmente instituída em 1745 e, depois de muita polêmica, sua sede estabelecida na Vila do Carmo – que foi, então, promovida à cidade e rebatizada Mariana (em homenagem à esposa de Dom João V).⁸¹ Mas, somente em 1748, Dom Manuel da Cruz faria sua entrada solene na nova cidade episcopal, após ter enfrentado uma penosíssima viagem desde o longínquo Maranhão – onde, até então, exercera suas funções.

Em março de 1749, o prelado apresentava ao rei de Portugal um inventário das circunscrições eclesiásticas de Minas Gerais. Além das vinte freguesias coladas em 1724, existiam 28 paróquias encomendadas na capitania. Dentre elas, 24 seriam transformadas em freguesias coladas pelo decreto real de 1752.⁸² Notemos que as paróquias promovidas pelo rei em 1724 situavam-se principalmente na zona central de Minas, ao passo que muitas das novas criações localizavam-se na zona meridional, para onde o povoamento se expandira na segunda metade do século (Figura 2.2).

Nesta fase, as fundações eclesiásticas continuariam a acompanhar, em larga medida, o processo “espontâneo” de ocupação do território, assim como o desenvolvimento dos arraiais e de suas vizinhanças rurais. Se o número de capelas promovidas a paróquias (encomendadas ou coladas) diminui neste período, isto se deve às mudanças econômicas registradas na capitania, que geraram novos ritmos de povoamento e de concentração demográfica. Mas cabe notar que, como veremos adiante, algumas destas fundações devem estar associadas a outros fatos e, especialmente, a uma política “voluntarista” de colonização do território mineiro conduzida pelas autoridades de Minas Gerais.

AS MODALIDADES DO POVOAMENTO E A DISTRIBUIÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DAS FUNDAÇÕES ECLESIÁSTICAS

Nas próximas páginas, procuraremos desenvolver duas proposições interligadas. O estabelecimento da cronologia da instituição oficial de capelas e igrejas matrizes, assim como a análise de sua distribuição geográfica, permite retratar, em linhas gerais, o processo de ocupação dos sertões e de concentração populacional

em certas áreas da capitania. Reciprocamente, os conhecimentos disponíveis sobre a história demográfica e econômica da capitania podem contribuir para a explicação de algumas variações no ritmo das fundações eclesiásticas.

De fato, veremos que, em larga medida, os ritmos distintos da gênese e do crescimento das aglomerações mineradoras e agrícolas refletem-se na distribuição espacial e temporal das capelas e sedes paroquiais de Minas Gerais.

OS RITMOS DO POVOAMENTO E AS PROMOÇÕES ECLESIASTICAS: UM BALANÇO DO PERÍODO COLONIAL

Como observaram alguns especialistas, na América portuguesa o número de freguesias coladas era reduzido em comparação ao número de paróquias encomendadas, porque a Coroa portuguesa preferia não despendar no pagamento de benefícios eclesiásticos (côngruas) as somas consideráveis arrecadadas através do dízimo.⁸³ Ora, segundo os dados disponíveis, Minas Gerais parece fugir a esta regra, pelo menos durante a primeira metade do século. Embora o número de “vigairarias coladas” criadas em Minas pareça reduzido para o tamanho do seu território, ele é elevado se comparado à situação de outras capitanias. Como indica a tabela a seguir, 75% (45, num total de 60) das paróquias mineiras criadas pelos bispos neste período foram transformadas em freguesias coladas pelo rei de Portugal.

Sem dúvida, isto se explica pela importância econômica de Minas Gerais e pela necessidade de se ter “pastores” da confiança do rei na direção das comunidades mineradoras, sobretudo durante o apogeu da produção aurífera. Por outro lado, é verdade que esta porcentagem diminuiu sensivelmente após 1752: apenas 37,5% (9, num total de 29) das paróquias instituídas pelos bispos durante o período tornaram-se coladas.⁸⁴

Nota-se ainda que a porcentagem de capelas alçadas à categoria de sedes paroquiais (curatos) pelos bispos diminuiu de um período para o outro: de quase 49% (60, num total de 123), passa-se a pouco mais de 20% (29, num total de 144).

TABELA 2.1
Cronologia das fundações eclesiásticas

Período	Número de capelas criadas	Capelas transformadas em paróquias encomendadas (curatos)	Paróquias encomendadas transformadas em freguesias coladas
Do fim do século XVII a 1752	123	60	45
De 1753 a 1822	144	29	9
Total	267	89	54

Fontes: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*; TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*.

Partindo do princípio de que, após 1752, os critérios demográfico e econômico permanecem determinantes para a elevação de capelas ao título de igrejas matrizes, chega-se a conclusão de que a partir desta época poucas localidades desenvolveram-se o suficiente para merecer a promoção na hierarquia eclesiástica, o que conduz a uma outra interrogação: qual seria a causa deste enfraquecimento do ritmo de crescimento dos estabelecimentos humanos em Minas Gerais?

Certamente, não se pode explicar tais fenômenos apelando para a antiga tese sobre a decadência econômica da capitania, que teria sido provocada pelo esgotamento das jazidas na segunda metade do século XVIII. Como foi amplamente demonstrado na historiografia recente, trata-se, sem dúvida, de um período de declínio da produção aurífera,⁸⁵ mas não de estagnação da economia.

Cabe lembrar, por um lado, que a maior parte das unidades de produção de Minas Gerais era mista, associando a extração de ouro à produção de alimentos e mercadorias diversas (tecidos grosseiros, ferramentas, louça, telhas etc.). Inicialmente, tais produtos eram destinados ao consumo local; porém, com a transferência de mão de obra escrava das minas esgotadas para os estabelecimentos agrícolas, os excedentes desta produção

tornaram-se cada vez maiores e as trocas comerciais entre diversas áreas de Minas Gerais intensificaram-se. Neste período, a exportação de produtos para outras capitanias também aumentou.⁸⁶

Por outro lado, nesta mesma época, uma parte da população abandonou as zonas centrais da capitania de Minas Gerais, em busca de novas jazidas e, sobretudo, de novas terras agricultáveis. A maior parte dos estabelecimentos que estes colonos fundaram era dedicada às atividades agropastoris, e sua prosperidade ocorreu em função de sua situação geográfica, que podia ser mais ou menos favorável ao comércio, dependendo da proximidade das estradas principais. No início do século XIX, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire observava que a população da região do Rio das Mortes, antes composta principalmente por mineradores, convertera-se a outras atividades:

Esta comarca produzia muito ouro, mas hoje os habitantes dedicam-se especialmente à agricultura e à criação de gado e de porcos, favorecida pela proximidade da estrada do Rio de Janeiro (...) a comarca também fornece aos habitantes do Rio de Janeiro prodigiosa quantidade de toucinho e queijo, algodão, tecidos grosseiros, carneiros, cabras, açúcar, couro e também de tabaco, que é produzido do termo de Santa Maria de Baependi.⁸⁷

Ora, a agricultura produz um tipo de ocupação mais dispersa do que a atividade mineradora. Tanto mais porque, segundo as diversas leis que regulamentaram a distribuição fundiária nas Minas, o tamanho das concessões de datas minerais era proporcional ao número de escravos empregados nas lavras. As datas podiam compreender desde algumas dezenas até alguns milhares de metros quadrados, ao passo que o tamanho das sesmarias (que também pressupunham a propriedade de escravos) podia chegar a muitas centenas de quilômetros quadrados.⁸⁸ Os povoados formavam-se, portanto, muito mais facilmente em zonas mineradoras.⁸⁹

Ao percorrer a região das minas, Saint-Hilaire observou tal diferença:

Em um espaço de vinte léguas, eu vi duas vilas e cinco povoados; o que prova o quanto foram outrora povoadas as partes auríferas da província; porém, à medida que o ouro se esgota, a população também desaparece, partindo em grande número para as zonas agrícolas.⁹⁰

Uma vez que a densidade de povoamento nas áreas rurais era menor do que nas zonas mineradoras, parece lógico que a intensidade de cobertura eclesiástica variasse de uma região a outra. O arguto viajante francês chegou à mesma conclusão ao visitar a região situada entre Vila Rica (no vale do ribeirão do Carmo) e Sabará (rio das Velhas): “em um espaço de apenas três léguas, atravessei três paróquias, o que demonstra o quanto esta região, hoje quase abandonada, foi, no passado, populosa”.⁹¹

Portanto, convém comparar as duas tipologias de povoados em relação ao número e à cronologia das instituições de suas respectivas capelas e matrizes. A repartição dos dados cronológicos segundo as origens – mineradora ou agrícola⁹² – dos arraiais onde se localizam os edifícios religiosos oferece, efetivamente, resultados bastante contrastantes:

TABELA 2.2
Cronologia das fundações eclesiásticas
nas zonas mineradoras

Período	A Número de capelas criadas	B Capelas transformadas em paróquias encomendadas (curatos)	C Paróquias encomendadas transformadas em freguesias coladas
Do fim do século XVII a 1752	67	47 (70% das capelas)	34
De 1753 a 1822	20	7 (35% das capelas)	5

Fontes: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*.

TABELA 2.3
Cronologia das fundações eclesiásticas
nas zonas agrícolas

Período	D Número de capelas criadas	E Capelas transformadas em paróquias encomendadas (curatos)	F Paróquias encomendadas transformadas em freguesias coladas
Do fim do século XVII a 1752	44	14 (32% das capelas)	10
De 1753 a 1822	115	19 (16,5% das capelas)	4

Fontes: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*; TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*.

Percebe-se de imediato que os dois tipos de estabelecimento apresentam comportamentos opostos. Observemos, em primeiro lugar, as estatísticas que informam sobre a gênese das povoações. Entre a primeira e a segunda metade do século, o número de novas capelas – e, portanto, de novos arraiais – diminui sensivelmente no grupo das aglomerações mineradoras (de 67 capelas para 20 – ver coluna A, Tabela 2.2), ao passo que o número de novos estabelecimentos agrícolas aumenta (de 44 para 115 – ver coluna D, Tabela 2.3). Além disso, no período que vai de 1753 a 1822, o número de novas capelas rurais é mais de cinco vezes superior ao das povoações mineradoras (apenas 20 novos estabelecimentos mineradores para 115 novas unidades agrícolas), sendo que, se olharmos para o primeiro período, o contraste entre o ritmo de nascimento de arraiais mineiros e agrícolas é bem menor (67 arraiais mineradores, 44 agrícolas).

Examinemos, agora, a cadência das promoções de capelas ao status de sedes de curatos, as quais informam sobre a evolução demográfica e econômica dos arraiais. De um período ao outro, o número de novas paróquias no grupo das povoações mineradoras sofre uma redução de quase 85% (de 47 novas paróquias para 7 – ver coluna B, Tabela 2.2), ocorrendo o contrário com a criação de freguesias nos arraiais agrícolas, que aumenta cerca de 26% (passando de 14 a 19 paróquias – ver coluna E, Tabela 2.3).

Além disso, também se pode observar que a maior parte das freguesias coladas encontra-se nos estabelecimentos mineradores e foram criadas durante a primeira metade do século. Cabe lembrar que se trata do período de crescimento e apogeu da produção aurífera e, ao mesmo tempo, de eclosão de muitas revoltas nas Minas. Parece lógico, portanto, que a Coroa tenha criado nesta fase um número relativamente grande de paróquias providas com padres de sua confiança.

Observemos também que o grupo de povoações mineradoras apresenta uma porcentagem de promoções de capelas a paróquias duas vezes maior que nos estabelecimentos agrícolas, em ambos os períodos (70% e 35% para o primeiro grupo, 32% e 16,5% no segundo grupo – ver colunas B e E). Assim, pode-se concluir que, mesmo na segunda metade do século XVIII, fase do declínio da produção aurífera, os arraiais, de origem mineradora (muitos dos quais abrigavam também fazendeiros, evidentemente), preservaram uma capacidade de atração e de aglutinação populacional (o que podia implicar também concentração de riquezas) bem mais alta do que os arraiais agrícolas.

De fato, nas zonas de agropecuária, o processo de adensamento da população faz-se, geralmente, num ritmo bastante lento. Isto explica a diminuição do número de novas paróquias no segundo período analisado: a partir do momento em que a população se dispersa para se dedicar principalmente às atividades agrícolas, as autoridades eclesiásticas preferem dar provisões para instituir (ou seja, para oficializar como capelas “públicas”) um número considerável de pequenas capelas filiais – aproximadamente 115 na segunda metade do século. Esta medida parecia mais eficaz do que a criação de dezenas de matrizes cujos vigários só poderiam dar assistência espiritual a um número reduzido de fiéis, devido à dispersão das habitações e às consideráveis distâncias – por vezes, uma dezena de léguas, ou seja, mais de 60 km⁹³ – que podiam separar os sesmeiros das suas sedes de paróquia.

CAPELAS RURAIS, “APLICAÇÕES” E ARRAIAIS AGRÍCOLAS

A multiplicação do número de capelas filiais na segunda metade do século XVIII está estreitamente associada à expansão da fronteira agrícola. Grosso modo, pode-se dizer que em cada nova zona ocupada por um grupo de fazendeiros surgia uma pequena

capela. Em torno de vários destes templos – mas não de todos, como veremos – brotavam arraiais.

Tentemos resumir o processo de implantação destas estruturas eclesíásticas. Os pioneiros que se instalavam nos sertões da capitania muitas vezes viam-se demasiadamente afastados, distantes de suas matrizes. Assim, erigiam pequenas ermidas, as quais, em princípio, serviam apenas aos ritos religiosos cotidianos de suas famílias, de seus escravos e agregados,⁹⁴ como também à celebração (mais esporádica) dos sacramentos por um capelão de passagem. Pouco a pouco, novos fazendeiros instalavam-se nas proximidades e o número de fiéis aumentava: os habitantes então requeriam à autoridade episcopal a construção de uma capela pública, servida permanentemente por um coadjutor.

Por definição, tal capela não poderia estar situada em propriedade privada. Era necessário que se constituísse seu “patrimônio” ou “fábrica”, ou seja, uma propriedade fundiária própria ao templo.⁹⁵ Para tal, um ou vários fazendeiros cediam uma porção de terreno que, além de abrigar o edifício, destinava-se a gerar receitas para sua manutenção. Estes doadores eram os padroeiros da capela e tinham direito a diversas honrarias: lugar reservado durante as cerimônias, missas e preces especiais etc. Cada ermida possuía ainda um ou vários “fábriqueiros”, pessoas encarregadas de administrar seus bens e finanças, os quais, algumas vezes, organizavam-se em irmandades, cuja invocação podia ou não coincidir com o santo patrono da capela.

A doação de terras por parte do padroeiro da igreja produzia um novo tipo de estrutura fundiária que tornava possível, a médio ou a longo prazo, uma concentração habitacional em torno do edifício religioso.⁹⁶ Se a vizinhança da pequena capela rural era suficientemente populosa ou suficientemente abastada para arcar com a remuneração de um capelão, o bispo podia transformá-la em “aplicação”, ou “capela curada”, ou seja, numa capela filial servida regularmente por um cura ou “vigário coadjutor”. Os vigários das capelas filiais eram frequentemente escolhidos e remunerados pelo padre da paróquia da qual dependiam, que centralizava o produto das “conhecenças”, “pés de altar” e outros emolumentos pagos pelos fregueses.⁹⁷

Quando de suas viagens no interior de Minas Gerais, no início do século XIX, os naturalistas Spix e Martius encontraram várias destas capelas, algumas delas muito rústicas e funcionando de

maneira bastante irregular. Eis a descrição de sua passagem pelo arraial do Rio Verde,⁹⁸ localizado na parte meridional da capitania:

Era justamente um dia de festa e perto de cem habitantes dos arredores acudiram todos à igreja, para assistir à missa. O prédio é, como a maioria das igrejas da roça, em Minas, pequeno, feito de pau-a-pique simplesmente, sem torre, nem órgão, nem ornamentos interiores. Com estas imperfeições, o culto ganha uma singeleza que, com a presença de todos e até das crianças da família, lembra nestas reuniões de igreja, num país ainda inculto, a feição enternecedora das primeiras cerimônias cristãs.⁹⁹

Se a localidade continuava a se desenvolver – graças à ocupação progressiva das terras por uma população majoritariamente branca e abastada e ao desenvolvimento comercial –, a pequena capela era substituída por um edifício maior, a fim de que se pudesse pretender à sua promoção na hierarquia eclesiástica. Os “aplicados” solicitavam, então, a elevação da capela à condição de igreja matriz, ou seja, de sede de uma freguesia. Neste estágio, na maioria dos casos, o local onde se encontrava o edifício religioso não era mais um “sítio”, um amontoado disperso de propriedades rurais, mas um arraial, dispondo de uma concentração mais expressiva de casas e, por vezes, até mesmo de lojas e vendas. Caso o pedido fosse atendido pelo bispo, a localidade não mais seria chamada de “capela” e “aplicação”, mas de arraial e freguesia.

A propósito, cabe lembrar que, tal como a palavra freguesia, os termos “aplicação” e “capela” não designavam apenas o edifício religioso, mas podiam remeter também a toda a zona habitada pelos fiéis que o frequentava – os “aplicados”. A “aplicação” possui, portanto, uma dimensão territorial: trata-se de uma subdivisão do território paroquial colocado sob a responsabilidade de um capelão ou vigário adjutor.

Em certos pedidos de concessão de sesmária, bem como em petições e outros tipos de correspondência, a “aplicação” é o primeiro território de residência mencionado pelos habitantes; em seguida, vêm as circunscrições mais extensas – a freguesia (paróquia), o concelho (com sede numa vila), a comarca (grande circunscrição administrativa e judiciária), e assim sucessivamente.

Em um destes documentos, os requerentes identificam-se como: “os habitantes aplicados da Capela da Nossa Senhora da Nazaré da Vila de São João del-Rei, comarca do Rio das Mortes, Capitania de Minas Gerais do Brasil”.¹⁰⁰

Os territórios das aplicações e das freguesias não eram fisicamente delimitados. Porém, os contemporâneos tinham uma ideia bastante clara de seus limites e de sua importância demográfica. É o que se nota nas passagens a seguir, extraídas de um histórico sobre a freguesia de Catas Altas do Mato Dentro:

Há nesta freguesia 450 vizinhos,¹⁰¹ segundo consta no rol da Quaresma deste presente ano de 1750, em que se desobrigaram 3.838 pessoas, entre brancos, pardos e pretos (...).

A capela do glorioso patriarca São Francisco das Chagas, no sítio do Brumadinho (...). São seus aplicados os moradores daquele contorno (...). Consta o sítio de Brumadinho e Sumidouro de 26 moradores aplicados à sobredita capela de São Francisco (...). O sítio do Itapanhoacanga, Macaquinho e Mato Grosso constam de 13 moradores aplicados à capela de São Francisco (...).

Há nesta freguesia nove capelas (...) tem (...) quatro léguas e meia de comprido, a saber: do sítio de Antônio Ferreira Fialho até este arraial, três léguas, e deste arraial até o último morador desta freguesia, para banda do Brumado, uma légua e meia, advertindo que esta légua e meia fica quase toda dentro do termo da Vila Nova da Rainha, porque a divisão dos termos faz-se pelo córrego chamado da Piçarra, o qual fica um quarto de légua de distância deste arraial. Tem de largura esta freguesia três léguas, principiando no pé do morro onde está o arraial até o engenho de Pedro Francisco de Carvalho, junto ao rio Piracicaba.¹⁰²

O primeiro e o último parágrafos permitem que se tenha uma ideia da escala e da densidade dos territórios paroquiais: quatro léguas e meia de largura, três léguas de comprimento, ocupadas por mais ou menos quatro mil fregueses. No entanto, estes valores variavam de uma região a outra, dependendo do tamanho das propriedades agrícolas, do tipo de povoamento, da natureza do terreno e da rede de comunicações. É o que se depreende das descrições do padre Pizarro (obra publicada em 1820) que fornece inúmeros exemplos, entre os quais o da aplicação do rio do Peixe, na freguesia de Barra Longa (termo de Mariana):

A freguesia de São José da Barra Longa, distante 9 a 10 léguas ao oriente da Cidade, e 91 do Rio de Janeiro, tem cinco capelas filiais no seu território, entre elas existe, no lugar do Rio do Peixe, a capela fundada pelos moradores do sítio em 1773, e dedicada a Nossa Senhora da Saúde, onde há Pia Batismal por concessão do ordinário. Dista mais de quatro léguas da matriz, mediando uma estrada difícil de se transitar, por atravessada de rios copiosos; e sua Aplicação consta mais de duas mil pessoas: por cujas circunstâncias suplicaram os povos do distrito ao Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, em 1820, que se erigisse em Cura a mesma capela, não só em benefício deles, mas também dos Aplicados à de Santana do Deserto, situada em distância maior da Igreja Matriz. A povoação desta freguesia excede a 5.240 pessoas.¹⁰³

As paróquias e aplicações situadas no norte da capitania eram bem mais extensas e menos densamente povoadas, como demonstra o exemplo da freguesia de Santo Antônio do Itacambira:

A situação do Arraial, e Freguezia, é muito desagradável, por escabrosa, e cercada de serranias. No território da sua competência, extenso mais de 80 léguas, haverá mais de oito mil almas obrigadas a sacramentos. Conta por suas filiais as capelas do Senhor do Bonfim, no arraial de mesmo nome, distante 13 léguas, cujos Aplicados chegam a mais de três mil pessoas; a da Conceição, no arraial de São José das Formigas, distante 14 léguas, cuja Aplicação monta a mais de três mil pessoas de comunhão, em quase ou mais de 300 fogos, por ser o arraial de grande comércio, e seu território aprazível, fértil e ameno.¹⁰⁴

Contudo, é preciso notar que tais capelas nem sempre eram construídas por iniciativa de uma população rural carente de “assistência espiritual”. Há, por um lado, casos de ermidas fundadas por sesmeiros que eram, na verdade, padres em busca de rebanhos – e de rendimentos. Como demonstrou Caio Boschi, já em 1748 o bispado de Mariana contava com duzentos religiosos seculares sem vínculo definido com nenhuma paróquia – o que significa que 43,91% do clero mineiro estava em disponibilidade, “tão somente com uso de ordens”.¹⁰⁵

Por outro lado, a concessão de terrenos para a fundação de uma capela e um arraial podia ser bastante útil aos fazendeiros, na medida em que criava um pequeno mercado consumidor para

seus produtos e ajudava a aumentar o valor de suas propriedades. Uma das motivações principais para a fundação de capelas e a formação de povoados no seu entorno podia ser, portanto, de natureza econômica ou mesmo política.

Este será o assunto da próxima seção. Mas salientemos, desde já, que, ao contrário do que a síntese aqui esboçada poderia talvez sugerir, a urbanização e a formação da malha eclesiástica não ocorreram de modo linear, lógico, quase previsível. Ao contrário, trata-se de um processo complexo, no qual estratégias e interesses individuais desempenharam, em muitos casos, um papel determinante.

AS PROMOÇÕES ECLESIÁSTICAS: RAZÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS

Como havíamos indicado, a maior parte das povoações rurais de Minas não se tornou sede de freguesia durante o período colonial. Para justificar este reduzido número de paróquias, já apontamos uma razão de ordem demográfica (a fraca densidade da ocupação). Lembremos agora as consequências econômicas que decorrem deste fato.

Por um lado, em uma região fracamente povoada, os emolumentos pagos pelos habitantes não eram suficientes para a subsistência do padre. Por outro lado, havia o problema do financiamento dos edifícios religiosos: em muitos casos, os fazendeiros não eram suficientemente ricos – ou devotos – para gastar as somas necessárias à construção de uma pequena capela apta a ser oficializada pelas autoridades eclesiásticas. Isso porque – convém lembrar –, desde o Concílio de Trento, a Igreja impunha exigências estritas no tocante às condições materiais do culto.

Em primeiro lugar, para serem consagradas, as capelas precisavam dispor de um “dote” ou de um patrimônio capaz de garantir uma renda anual mínima de seis mil réis para sua “fábrica, reparação e ornamentos”.¹⁰⁶ Os edifícios erguidos em sítios insalubres, desertos, ou pouco habitados, e construídos de maneira demasiadamente rústica também não podiam ser consagrados pelos bispos; a estes últimos, aliás, cabia incitar os habitantes a erigir capelas e igrejas com materiais nobres – “de pedra e cal, e não somente de madeira, ou de barro”.¹⁰⁷ Por fim, antes de receber a autorização de funcionamento, as capelas deveriam estar

providas de certo número de ornamentos e objetos necessários à liturgia católica.¹⁰⁸

Para que tal legislação fosse respeitada, os bispos de Minas e seus delegados realizavam periodicamente a inspeção das igrejas matrizes e das pequenas capelas construídas pelos fiéis. Em 1755, por exemplo, o padre Francisco de Cerqueira abençoava a capela de “Nossa Senhora do Porto do Turvo” (filial da freguesia de Aiuruoca), que lhe pareceu “com decência e com os paramentos das quatro cores¹⁰⁹ e tudo o mais preciso para se celebrar o santo sacrifício da missa”.¹¹⁰

Por vezes, tais exigências levavam os padres a deslocarem uma sede paroquial de uma localidade para outra, como ocorreu diversas vezes em Minas Gerais durante a segunda metade do século XVIII e, sobretudo, no século XIX.¹¹¹ Em 1760, o arraial de Carrancas (à margem esquerda do rio Grande) perdia sua posição de sede de freguesia colada em favor do arraial vizinho, Lavras do Funil. Este era duas vezes mais populoso e seus habitantes já haviam começado a edificar uma igreja de grandes proporções, em um terreno que oferecia mais “comodidades” do que o da matriz de Carrancas. Com efeito, esta última não respeitava todas as exigências do arcebispado, uma vez que não possuía adro nem “comodidade para procissões”.¹¹²

Em 1752, o bispo de Mariana utilizava argumentos semelhantes ao defender a concessão do título de freguesia colada à capela filial do arraial de Santa Luzia, em detrimento da antiga paróquia de Roça Grande, que deveria perder o orago de matriz. Segundo Dom Frei Manuel da Cruz:

Depois de ver em visita um e outro arraial me parece é muito conveniente a mudança da Matriz (...) porque no arraial da Roça Grande há mui poucos moradores, mui triste por ser em um baixo sujeito a inundações do caudaloso Rio das Velhas e já em uma enchente chegou mui perto da Igreja, e é mui pequena, mui mal paramentada e por antiga ameaçando ruína, tudo contra o que dispõem as Constituições deste Bispado.¹¹³

Ao contrário, Santa Luzia apresentava diversos trunfos. Sua igreja era “nova, com bastante grandeza e bem paramentada”. Tratava-se de um arraial próspero, com grande dinamismo comercial e circundado por terrenos férteis, ao passo que as minas

ao redor de Roça Grande eram, então, pouco rentáveis e suas terras, “já cansadas”. Além disso, o arraial de Santa Luzia tinha a vantagem de ser mais central em relação aos limites da freguesia, o que tornava mais fácil o acesso para um maior número de fiéis. No entanto, a transferência paroquial foi adiada em muitos anos devido à resistência da população de Roça Grande, que protestou contra o fato de seu arraial perder a condição de sede de freguesia.¹¹⁴

Décadas mais tarde, foi a vez da população do arraial do Tamanduá rebelar-se contra um projeto de mesma natureza. A paróquia de São Bento havia sido criada em 1757, tornada colativa em 1780, e em 1782 ela era bastante rica, rendendo 17 mil cruzados de dízimos. Foi então que o célebre padre Carlos Correia de Toledo, da vila de São José, quis transformar a igreja de Tamanduá em uma simples capela filial da sua matriz, nomeando para ela um capelão. Mas, apesar do apoio do poderoso Inácio Correia Pamplona, a manobra não surtiu efeito, pois os moradores, bastante ativos, dirigiram-se diretamente ao bispado, que anulou tal mudança.¹¹⁵

O caso do arraial do Tijuco (atual Diamantina) também é um bom exemplo da interferência de questões políticas na organização eclesiástica. Como notou o viajante Auguste de Saint-Hilaire, tratava-se de uma das aglomerações mais importantes de Minas Gerais. Não obstante, em razão de sua posição geográfica – o Tijuco situava-se no centro do distrito dos diamantes, zona estratégica e fortemente controlada –, não se admitia ali nenhuma autoridade capaz de rivalizar com o poder dos intendentess: “Provavelmente para impedir o clero de ganhar muita importância no Distrito dos diamantes, não quiseram que o Tijuco fosse nem mesmo uma sede paroquial e, na época da minha visita, era ainda uma modesta sucursal que dependia da Vila do Príncipe.”¹¹⁶

Com efeito, o arraial tornar-se-ia sede de paróquia somente em 1819. Apesar disso, como as famílias mais ricas e prestigiadas da região viviam no Tijuco, diversas irmandades foram ali constituídas durante o século XVIII, muitas delas contando com templo e capelão próprios. Segundo Saint-Hilaire, o arraial abrigava também uma capela filial da paróquia de Vila do Príncipe, servida por um coadjutor remunerado pelo padre.

Nota-se, portanto, que a promoção dos arraiais na hierarquia eclesiástica dependia de muitos fatores: da comodidade e da salubridade do lugar, do número de habitantes, da densidade do povoamento (concentrado ou disperso), da riqueza dos fiéis e das capelas, da distância entre os povoados e as igrejas matrizes já existentes, e também de conjunturas políticas.

O PODER ECLESIAÍSTICO E A OCUPAÇÃO DAS FRONTEIRAS DA CAPITANIA

A instituição de capelas e paróquias já foi por nós analisada de um ponto de vista quantitativo; interessa-nos agora sua distribuição geográfica.

No tocante à cronologia e à localização dessas fundações, nota-se uma nítida mudança entre a primeira e a segunda metade do século. Durante o primeiro período, as capelas e paróquias distribuíam-se em torno de um eixo norte-sul, correspondente à serra do Espinhaço e seus contrafortes, onde foram exploradas as primeiras minas e erguidas as capelas pioneiras (Figura 2.3a). Nota-se ainda que as maiores concentrações de edifícios religiosos situam-se na região central da capitania (vales do rio das Velhas e do ribeirão do Carmo).

Por outro lado, vemos que a maioria das igrejas paroquiais instituídas na segunda metade do século encontram-se dispersas em torno desse eixo, circunscrevendo a região inicialmente ocupada (Figura 2.3b). Algumas dessas matrizes localizam-se em zonas nas quais as capelas – e, conseqüentemente, as povoações – são raras.

A análise do contexto político e econômico da época da fundação dessas paróquias fornece algumas pistas para explicar sua localização periférica.

A CRIAÇÃO DE PARÓQUIAS E OS LIMITES DOS BISPADOS

Durante as quatro primeiras décadas do século XVIII, a jurisdição eclesiástica do território da capitania de Minas Gerais esteve dividida entre três bispos: a parte central e meridional (onde se encontrava a maior parte dos arraiais) dependia do bispo do Rio de Janeiro; a parte nordeste, que compreendia toda a margem direita do rio São Francisco (a partir da confluência do rio das

Velhas), estava submetida à arquidiocese da Bahia; enfim, a margem esquerda do São Francisco (zona mais fracamente povoada) pertencia ao bispado de Pernambuco – cuja sede situava-se na longínqua cidade de Olinda (Figura 2.4a).¹¹⁷

Em 1745, o papa havia concedido ao rei Dom João V permissão para instituir não apenas uma diocese em Minas Gerais – cuja sede seria fixada em Mariana – mas também três outros centros de poder eclesiástico no interior do continente: o bispado de São Paulo, bem como as prelazias de Cuiabá (Mato Grosso) e de Goiás (Figura 2.4b). Conforme já foi destacado por outros autores, o objetivo dessas instituições não era somente melhorar a administração eclesiástica da colônia: elas se relacionam também a interesses de natureza geopolítica. A exemplo de Minas Gerais, os territórios de Goiás e Mato Grosso – então sob a autoridade civil do governador de São Paulo – também foram explorados e ocupados inicialmente por paulistas, e incluíam terras auríferas que a Coroa portuguesa pretendia conservar sob seu domínio. Levando-se em conta a imprecisão da localização da linha de Tordesilhas, o território português definia-se, na prática, como todo o espaço que não tivesse sido reivindicado pelos castelhanos, e a fronteira como o lugar de confronto dos súditos de ambas as coroas.¹¹⁸

Ora, se grande parte da capitania de Minas Gerais situava-se em terras cuja posse portuguesa nunca havia sido colocada em dúvida, por outro lado, era sabido que a maior parte dos territórios das prelazias de Goiás e, sobretudo, do Mato Grosso estava além de Tordesilhas. A criação de tais circunscrições tinha, portanto, uma grande importância diplomática, pois representava o reconhecimento e uma “sanção transcendente” do papa à expansão portuguesa em direção ao oeste, oficializada em 1750 pelo Tratado de Madri. Deste modo, a Coroa portuguesa fazia valer um direito que o historiador português Jaime Cortesão chamara de “*uti possidetis religioso*”.¹¹⁹

A criação dessas novas dioceses e prelazias tornou ainda mais intrincados os limites eclesiásticos da capitania, o que logo preocupou as autoridades de Minas Gerais. Em 1745, o governador Gomes Freire de Andrade expunha ao rei a necessidade de se estabelecer com precisão os limites dos bispados de Minas e de São Paulo. Segundo ele, o fato de o território da capitania pertencer a diversas dioceses era prejudicial aos interesses régios,

porque daí resultava a pouca “regularidade que Vossa Majestade tanto deseja dar na administração do bem das almas”.¹²⁰ De fato, certas paróquias de Minas situavam-se a centenas de léguas de sua respectiva sede episcopal, como era o caso da rica freguesia de Paracatu, instituída em 1755 pelo bispo de Olinda.

O *motu proprio Candor lucis æternæ*, emitido pelo papa Bento XIV, definia muito vagamente os limites das novas dioceses: eles deviam se conformar às “fronteiras das capitânias do Rio, São Paulo e Goiás, e pelas antigas divisas do Bispado Fluminense com os da Bahia e Pernambuco”.¹²¹ O problema era que, em meados do século XVIII, tais limites ainda não tinham sido estabelecidos de modo preciso e definitivo – ademais, desde a década de 1720, eles eram objeto de disputas entre as autoridades dessas circunscrições, muitas das quais só seriam solucionadas ao cabo de quase dois séculos.¹²²

A fundação de paróquias nos limites meridionais da capitania (Santana do Sapucaí, Ouro Fino, Itajubá e Jacuí) fez parte de manobras utilizadas pelas autoridades eclesiásticas e civis de Minas Gerais e de São Paulo, com o intuito de legitimar sua posse da zona compreendida entre o rio Sapucaí e o rio Grande – onde ricas minas de ouro haviam sido descobertas nas primeiras décadas do século por aventureiros oriundos de São Paulo (Figura 2.3b). Em Ouro Fino, por exemplo, a paróquia encomendada (curato) foi, inicialmente, instituída pelo bispo de São Paulo, em 1749; um ano mais tarde, os representantes do poder temporal e religioso de Minas Gerais tomaram posse do arraial e, em 1756, o bispo de Mariana instituiu novamente a paróquia, colocando-a definitivamente sob sua jurisdição.¹²³

Do mesmo modo, o Campo Grande (zona situada entre as nascentes do São Francisco e os cursos dos rios Paranaíba e Grande) constituiu objeto de cobiça das autoridades eclesiásticas e civis de Goiás nos anos de 1750-1780.¹²⁴ Não por acaso, precisamente neste período muitas paróquias foram fundadas pelo bispo mineiro nos “desertos” do Oeste: São Bento do Tamanduá (1757), Piuí (1758), Desemboque (por volta de 1761) e Bambuí (1768).¹²⁵ As sedes de tais freguesias constituíam verdadeiras “bocas de sertão”, situando-se à beira da picada de Goiás e de suas ramificações, abertas a partir de 1736¹²⁶ (Figura 2.3b).

Esta zona, que também encerrava minas de ouro, era conhecida dos bandeirantes há décadas e estava longe de ser um “deserto”. Na verdade, a fixação dos colonos nessas terras foi adiada pela presença de poderosos quilombos e pela resistência dos índios Caiapós.¹²⁷ Somente depois de muitas expedições punitivas – organizadas e financiadas por particulares e por diversas câmaras da capitania – é que tais populações puderam ser definitivamente submetidas ou aniquiladas, dando início efetivo à colonização e à “conversão” dos sertões do Campo Grande.

Tal como as antigas bandeiras paulistas, estas expedições de exploração e de extermínio incluíam sempre capelães, que celebravam missas em altares portáteis, faziam erguer cruzeiros e capelas e, em nome do bispo de Mariana, tomavam posse dos territórios conquistados. Ao chegar ao arraial do Tamanduá, em 1757, Gaspar Álvares Gondim – primeiro padre designado pela diocese mineira para a recém-criada freguesia de São Bento – encontrou apenas uma capela rústica, coberta de palha, que ele mandou substituir por um edifício mais decente, digno da função de igreja matriz. Mais tarde, ergueu sete capelas filiais na região, a fim de levar assistência espiritual aos fiéis que residiam longe da sede paroquial. Segundo suas próprias palavras, sua missão consistia em “domesticar” os moradores daquele sertão.¹²⁸ Nos arraiais mineradores de Desemboque e de Piuí, a instituição de paróquias ocorreu num contexto similar.¹²⁹

O processo de sujeição ou de supressão das populações preexistentes prosseguiu até que elas fossem totalmente neutralizadas. Somente na década de 1780 é que os índios foram vencidos.¹³⁰ No que toca aos negros quilombolas, isso ocorreu no final da década de 1750.¹³¹ Evidentemente, estes não foram sistematicamente dizimados, tendo em vista sua utilidade para os colonos. Os que não morriam nos combates eram levados de volta para as minas e fazendas de onde haviam fugido, ou tornavam-se objeto de contrabando. Após a destruição dos povoados clandestinos, os conquistadores tomavam posse das terras vizinhas; no caso do quilombo do Ambrósio, eles ainda tiveram a satisfação de se apoderar do “milho bem nascido e bonito” que crescia nos campos cultivados pelos negros.¹³² No período entre 1764 e 1773, os governadores de Minas Gerais concederam, aproximadamente, oitocentos títulos de sesmarias nesta e nas demais zonas de “fronteira” da capitania.¹³³

O português Inácio Correia Pamplona foi um dos principais agentes do povoamento desta região. A princípio comerciante no Rio de Janeiro, estabeleceu-se, em seguida, na região do Rio das Mortes (vila de São João del-Rei). Na década de 1760, começou a explorar os sertões das nascentes do rio São Francisco, expulsando dali índios e quilombolas. Em troca de tão “estimáveis” serviços prestados à Coroa, ele recebeu uma sesmaria de mais de 390 quilômetros quadrados, dimensão bem superior às que se concediam nas áreas mineradoras (meia-légua em quadra nas zonas auríferas, três léguas em quadra nos sertões do São Francisco).¹³⁴ Esta concessão situava-se na região de Bambuí, onde ele se instalara com mulher e filhos, os quais também acabariam por obter diversas sesmarias.¹³⁵ Em pouco tempo, as sucessivas concessões fariam de Pamplona um dos maiores proprietários de terra de Minas Gerais.¹³⁶

Por volta de 1764, ele foi encarregado pelo governador Luiz Diogo Lobo da Silva de reunir “pessoas de valor” para ir ocupar “a zona do Campo Grande, para além da serra da Marcela”, assim como as terras atravessadas pelas picadas de Goiás. Nessa empreitada, Pamplona foi acompanhado por um piloto – encarregado de medir as sesmarias concedidas aos pioneiros – e por um padre, a quem o bispo de Mariana atribuiu a missão de consagrar as igrejas construídas nos novos territórios.

O próprio Pamplona tornou-se o padroeiro da capela de Bambuí, cujo patrimônio compunha-se de “meia-légua de terreno”. Também foi ele quem escolheu a invocação da capela: “Santa Ana”. Tudo indica que o processo de aglutinação dos habitantes em torno do edifício fez-se rapidamente, uma vez que o terreno do patrimônio já foi demarcado “em torno do arraial”. Mas o povoado não passava de uma ilha de “civilização” em meio a espaços ainda bastante selvagens: em 1768, o bispo de Mariana fez instituir a paróquia de Santana, “naqueles sertões” do Bambuí.¹³⁷

Em 1769, durante uma segunda expedição, Pamplona colaboraria na construção da igreja paroquial, como ficou registrado em um relatório feito algumas décadas mais tarde pelos oficiais da câmara de São Bento do Tamanduá:

entrou pessoalmente o mesmo Mestre de Campo Regente com um corpo de cento e tantos homens armados, setenta bestas, quarenta de cargas e trinta de transporte (...). Fazendo parada no Bambuí, mandou rever e explorar a conquista da Paranaíba,

Santa Fé, Dourados, Palestina e Araxá, aonde se compreende o Rio São Marcos, suas vertentes até o Desemboque, fazendo esquipar suas [duas] bandeiras (...), e ambas devastaram o grande quilombo do Samambaia. Edificou no lugar da parada uma igreja matriz com o orago de Santa Ana do Bambuí e sua filha Maria Santíssima por ordem do Bispado, para cujo edifício concorreu com a esmola de duzentos mil réis e com a laboração de dezesseis escravos, bois e carros.¹³⁸

O relato desta expedição, analisado por Laura de Mello e Souza, é marcado pelo “contraste entre barbárie e civilização” e revela “uma face insuspeitada do cotidiano dos caçadores de quilombolas”. De fato, a comitiva não se compunha apenas de aventureiros e mercenários que, armados até os dentes, internavam-se a pé pelos sertões em busca de ouro e escravos fugidos, na esperança de obter sesmarias. Entre os quase duzentos homens que seguiram Pamplona, havia um padre e um cirurgião – como indicado na citação –, mas também uma “companhia” de sete escravos músicos, de sua propriedade. Munidos de instrumentos fáceis de transportar – violas, flautas, rebecas, trompas, tambores –, eles tocavam e cantavam “suas letras” a cada amanhecer, “às vezes entoando Ave-Marias, ladainhas, ‘Te Deum laudamus’, executando missas, fornecendo o fundo musical de procissões solenes”.¹³⁹

Pamplona avançava munido do título de “mestre de campo e regente”,¹⁴⁰ que lhe fora concedido pelo conde de Valadares. Este título fazia dele o chefe militar e civil de uma região vastíssima, que compreendia as zonas de Piuí, Bambuí, bem como todo o Campo Grande e as terras adjacentes à Picada de Goiás.¹⁴¹ Quanto ao padre que o acompanhava, era na condição de representante do bispo de Mariana que ele podia consagrar capelas e instituir paróquias encomendadas, contribuindo para a “domesticação” e a conversão destes sertões.

No entanto, nem os títulos nem as procurações do bispo e tampouco os rituais de posse efetuados foram suficientes para assegurar a integração efetiva destas terras no território mineiro. De fato, como veremos adiante, uma vez neutralizados os índios e os quilombolas, foram as autoridades eclesiásticas e civis das capitanias limítrofes – Goiás e São Paulo – que os padres, os bispos, as câmaras e os governadores de Minas Gerais tiveram de combater.

SERTÕES DO OESTE E DO LESTE: A CONVERSÃO DAS ZONAS DE FRONTEIRA

A ocupação dos sertões do oeste e a criação das freguesias de São Bento do Tamanduá, Bambuí, Piuí e Desemboque – processo complexo que acabamos de resumir em poucas páginas – inserem-se num contexto econômico e político mais amplo, que é necessário explicitar para que se compreenda a localização periférica de outras paróquias criadas em Minas durante a segunda metade do século XVIII: Abre Campo, Cuieté, Peçanha, Rio Pomba, bem como de diversas capelas situadas no vale do rio Doce.

A crise da produção aurífera anunciava-se desde os anos de 1750, e na década seguinte já era uma realidade. A maior parte das jazidas conhecidas esgotava-se, e o fisco oprimia cada vez mais a população. A fim de atenuar estes problemas, o governador Luiz Diogo Lobo da Silva voltou-se para as regiões limítrofes da capitania: áreas ainda desconhecidas ou pouco ocupadas pelos brancos, nas quais a cobrança dos impostos era deficiente e onde os contrabandistas agiam com toda a liberdade.

Dois tipos de providências foram tomadas pelo governador. Em primeiro lugar, novos registros (barreiras militares e alfandegárias) foram instalados para melhor controlar as fronteiras definidas pelo seu predecessor, Gomes Freire. Em segundo lugar, Luiz Diogo procurou obrar no sentido de ampliar o território da capitania, a fim de aumentar o número de contribuintes. De fato, o período de sua gestão (1763-1768) ficou marcado por dispositivos que inauguraram uma política oficial de conquista de terras “virgens” – ou seja, de terras cuja posse pelos colonos brancos era dificultada pelos quilombos e índios.¹⁴²

Esta política foi continuada pelos governadores que o sucederam, pois os dirigentes do período estavam convencidos do potencial econômico representado pelos sertões periféricos da capitania. No entanto, as opiniões dividiam-se quanto à utilização destas terras, havendo, “ao lado dos defensores da faina agrícola, os que acreditavam na possibilidade de se encontrarem veios auríferos e diamantinos”.¹⁴³

Da mesma forma que na porção oeste da capitania (o Campo Grande), a apropriação e a exploração econômica dos sertões orientais de Minas foram precedidas de um longo processo de

extermínio ou de submissão da população preexistente. Com efeito, as matas do rio Doce constituíam a fronteira cuja conquista consumiu mais tempo e energia dos governadores e colonos, e na qual a Igreja exerceu um papel determinante.

No início do século XVIII, este vale havia sido decretado “zona proibida” pelas autoridades coloniais, que queriam evitar as explorações clandestinas e o extravio do ouro, o qual era conduzido às áreas costeiras através de trilhas escondidas na mata. Contudo, não foi esta proibição que impediu o povoamento, mas as dificuldades do meio físico (as matas fechadas, difíceis de devassar, bem como as doenças tropicais) e, sobretudo, a tenacidade e a hostilidade dos seus habitantes, os índios então conhecidos como Botocudos.¹⁴⁴ Desde o início do século XVIII, embates violentos opunham as expedições de exploração aos grupos indígenas, que resistiam ao avanço dos brancos sobre seus territórios.¹⁴⁵

Diversas tentativas de ocupação empreendidas pelos bandeirantes fracassaram. Em 1734, uma comitiva dirigida pelo poderoso paulista Matias Barbosa fundou o presídio (posto militar avançado) de Abre Campo, a fim de repelir Botocudos. Segundo os colonos, tais índios atacavam, com frequência, as fazendas e viajantes, chegando até as proximidades da freguesia de Furquim e do arraial de Barra Longa.¹⁴⁶ O presídio não conseguiu resistir por muito tempo às lutas contra os índios; não obstante, o lugar seria retomado pelos brancos alguns anos mais tarde.

Em 1741, o bispo do Rio de Janeiro mandava instalar em Abre Campo a freguesia de “Santana e Rosário do Cuieté”. Seu propósito era levar “assistência espiritual” aos mineradores que acreditavam ter descoberto as míticas minas do Cuieté (também chamadas de “Casa da Casca”), e que viviam há cinco anos nos matos “sem terem satisfeitos os preceitos da confissão e comunhão”.¹⁴⁷ Entretanto, os índios souberam, mais uma vez, defender seus domínios: o arraial de Abre Campo foi atacado seguidas vezes, até ser completamente destruído.

No final dos anos de 1750, as autoridades da capitania mudam de estratégia, agindo “com outras armas, no sentido de atrair os selvagens à grei da civilização”.¹⁴⁸ De acordo com a ordem régia de 14 de setembro de 1758, os índios que se apresentassem de forma pacífica diante das autoridades dos arraiais seriam

recompensados com roupas, utensílios e outras mercadorias.¹⁴⁹ Os colonos de Abre Campo conseguiram, então, permanecer na região e, em 1770, eles pediam a autorização do bispo de Mariana para edificar sua igreja matriz.¹⁵⁰ Nesta mesma época, o bispo de Mariana criava a freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Índios Botocudos. Situada no presídio do Cuieté – lugar ainda mais isolado nas profundezas do sertão do que Abre Campo –, esta paróquia destinava-se, sobretudo, à conversão dos gentios.

Outras freguesias voltadas para a catequese de índios foram instituídas a seguir, sobretudo na parte situada entre o rio Pomba (afluente da margem esquerda do rio Paraíba) e à margem direita do rio Doce¹⁵¹ (Figura 2.3b). Em 1767, surgiria uma paróquia *sui generis*, sendo, nas suas origens, “um território inteiramente vazio de gente civilizada”.¹⁵² A freguesia de São Manuel do Rio Pomba dos Índios Coropós e Coroados foi criada com o fim de “domar, civilizar” e “reduzir ao grêmio da Igreja” estes gentios. A primeira missa foi celebrada num altar portátil, e a paróquia foi devotadamente servida pelo padre Manuel de Jesus Maria – o único religioso que, nas palavras da rainha D. Maria I, não teve “repugnância” dos índios, “indo-se meter no sertão dos matos, vivendo entre os mesmos sem encontrar casa nem caminho, viajando e diligenciando todos os meios para poder subsistir com provisão de vigário”.¹⁵³

Em 1787, o padre Manuel de Jesus Maria criaria uma capela filial da mesma freguesia, intitulada São João Baptista, no “presídio dos índios Puris”, que seria promovida à condição de sede paroquial em 1810. Segundo um elogioso relatório dos oficiais da câmara de Mariana, além da catequese dos gentios, o padre também cuidava de sua administração no plano temporal: reunia os índios em uma aldeia, fazia com que cultivassem roças e ensinava-lhes as primeiras letras.¹⁵⁴

O requerimento enviado a Lisboa em 1785 constitui a maior prova do sucesso do trabalho de aculturação feito pelo pároco colado da freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe. Neste documento, os capitães de milícia Luiz Brandão de Menezes Castello Branco, “Índio de nação Cropó”, e Leonardo Francisco, “Índio de nação Croata, e mais Índios e de uma e outra nação” pediam a elevação de sua aldeia e freguesia à categoria de vila:

E porque muitos dos suplicantes vão tendo conhecimento das honras que Vossa Majestade manda fazer (...), e notícia de que Vossa Majestade no Diretório Régio ordena que se faça Vila nas povoações de Índios para nelas serem eles Juizes, Vereadores e principais das suas terras. E como os suplicantes são da qualidade Índica, e na Capitania de Minas Gerais não há vila alguma de Índios (...) e os suplicantes [ficam] privados da mercê que Vossa Majestade permite à gente da qualidade dos suplicantes. Por cujo motivo recorrem (...) para que seja servida condecorar os suplicantes, fazendo a sua Aldea da Matriz vila, e mandando nela fazer Cadeia, e Casa da Câmara, como por Vossa Majestade se acha disposto do Diretório, para que assim se vão os suplicantes aumentando em civilidade (...) ou ainda mandando Vossa Majestade se admita um ou dois vereadores de outra qualidade entre os suplicantes (...).¹⁵⁵

Mas esta demanda não seria satisfeita: ao contrário de outras regiões da colônia, nenhuma vila foi fundada nas “povoações de índios” da Minas colonial.¹⁵⁶

Notemos que estas povoações de gentios “civilizados” não eram designadas pelo termo arraial, mas pelas expressões “aldeias”, “aldeias de gentios” ou “aldeias d’índios domesticados”, como se vê nas legendas de vários mapas da capitania (Figura 2.5). Segundo as descrições deixadas pelos viajantes estrangeiros do início do século XIX, tais aldeias eram, de fato, muito diferentes da maior parte dos arraiais e contrastavam ainda mais com as vilas, pois apresentavam um nível bastante inferior de “urbanidade”: pouco povoadas – a população, por vezes, resumia-se a pouco mais de trinta índios –, com construções extremamente precárias e tendo a agricultura de subsistência como principal atividade dos moradores.¹⁵⁷

Durante os primeiros anos do século XIX, a estratégia metropolitana de ocupação das fronteiras do leste permaneceu, portanto, ligada ao estabelecimento de presídios e de freguesias. Os colonizadores agiam em duas frentes: por um lado, efetuavam uma “guerra defensiva” contra os índios “ferozes” (impedindo-os de retomar as terras ocupadas pelos brancos); por outro, agrupavam e cristianizavam os índios reputados “dóceis”.

No entanto, por volta de 1808, tal método já demonstrava suas falhas. Segundo o relatório do governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, a linha de defesa que vinha sendo criada era

muito ineficiente diante das consideráveis extensões de terras a serem controladas: “a corda que mandei estabelecer para a defesa dos habitantes desta capitania é muito comprida, e tem intervalos de uns a outros presídios, pelos quais, a salvo, rompem estes inimigos do gênero humano, enquanto são atacados em outra parte”.¹⁵⁸

De acordo com diversas queixas que foram enviadas aos governadores nesta época, os índios haviam recomeçado seus ataques aos arraiais e fazendas limítrofes às matas, provocando a deserção de muitos estabelecimentos.¹⁵⁹ As agressões dos autóctones estavam certamente ligadas à expansão contínua da fronteira agrícola, que se fazia sobre seus territórios. Deve-se, no entanto, desconfiar de tais depoimentos, uma vez que os colonos tinham interesse em se apresentar como vítimas das hostilidades dos índios: a legislação em vigor previa a “guerra justa”, ou seja, o extermínio e submissão dos índios “selvagens” e a ocupação de suas terras.¹⁶⁰

Assim, a maior parte dos territórios indígenas foi conquistada pela força, os autóctones sendo exterminados ou reduzidos a escravos pelos conquistadores, ou ainda levados por estes às vilas e arraiais.¹⁶¹ Na primeira metade do século XIX, surgiram novas capelas nestes núcleos agrícolas, as quais foram posteriormente promovidas a paróquias e integradas oficialmente à diocese de Mariana e ao território da capitania de Minas Gerais.

Vê-se, então, que a Igreja católica desempenhou um papel determinante em cada uma das etapas da colonização de Minas Gerais. Parece-nos, contudo, que ela não foi apenas um “instrumento da conquista”, ou uma simples “executora da vontade da Coroa”, como afirmaram certos autores.¹⁶² Se é verdade que os padres e os bispos exerceram papéis importantes no tocante à administração civil e ao fisco, vimos que eles nem sempre obedeceram “piamente” às ordens de Lisboa. De fato, a implantação da Igreja no território da capitania foi, por vezes, guiada por lógicas individuais de sobrevivência e de manutenção do poder: lembremo-nos dos casos de capelas fundadas por padres “sem rebanho” e da estratégia seguida por alguns bispos, que efetuavam “verdadeiras ordenações sacerdotais em massa” a fim de aumentar seu poder político.¹⁶³

A proibição dos conventos na capitania foi compensada pela forte presença do clero secular, cuja influência sobre a população nem sempre foi benéfica aos interesses do rei de Portugal. Com efeito, em Minas, certos padres imiscuíram-se em rebeliões de cunho fiscal e político. Nos efêmeros acampamentos mineradores, bem como nos arraiais de agricultores e nos estabelecimentos fundados nos sertões mais inóspitos, os padres frequentemente eram a primeira e principal forma de autoridade, da qual o poder real procurava tirar proveito, apesar de nutrir grandes desconfianças em relação a estes religiosos. Não por acaso, ao contrário do ocorrido em outras regiões da colônia, nas zonas mineradoras, mais da metade das paróquias criadas pelos bispos (encomendadas) foram rapidamente providas de padres colados, ou seja, remunerados e nomeados diretamente pelo rei.

De modo geral, pode-se notar que as implantações da Igreja conformaram-se às modalidades e aos ritmos de ocupação espontânea do território: a malha paroquial é mais cerrada em regiões mineradoras do que em zonas agrícolas, onde, por outro lado, encontra-se um número muito maior de capelas filiais. É importante sublinhar, no entanto, que as fundações eclesiásticas nem sempre foram resultado de uma ocupação “espontânea” do território: em alguns casos, elas obedeceram a políticas voluntaristas, visando assegurar o domínio das autoridades de Minas sobre as fronteiras e sobre os sertões periféricos da capitania.

Os mapas da segunda metade do século XVIII e do início do XIX mostram a distribuição geográfica de diversos tipos de *habitats* concentrados: aldeias de gentios, arraiais, vilas, sítios e cidades. Podemos observar que os grafismos referentes às aldeias – conjuntos de pequenos triângulos ou quadrados – são muito distintos dos que remetem aos outros tipos de povoações.¹⁶⁴ De fato, os arraiais, as vilas e as cidades são representados por sinais similares, de diferentes tamanhos, que traduzem uma ordem hierárquica: trata-se de pequenas igrejas ou capelas, que são símbolos utilizados desde o século XVI na cartografia ocidental para designar freguesias, cidades episcopais e também estabelecimentos urbanos (Figura 2.6).¹⁶⁵

Contudo, é preciso notar que, neste caso, o simbolismo reveste-se de uma significação que vai além de uma simples convenção cartográfica, já que ele traduz uma imbricação de poderes civis e eclesiásticos que se reflete nas taxinomias urbanas. Como se pode ler na legenda de um “Mappa da Capitania de Minas Geraes”, “todas as paróquias e capelas são denominadas Arrayais”.¹⁶⁶

Outros documentos produzidos no início do século XIX levam em conta a distinção entre estes dois tipos de aglomeração não autônomos: de um lado, a categoria dos “arraiais-freguesia” – que reúnem cerca de sessenta unidades durante o período colonial – e, de outro, a dos “arraiais-capela”, a mais bem representada em Minas Gerais, constituindo-se de mais de duzentas povoações que possuem apenas uma capela filial. Portanto, as palavras capela e freguesia (ou paróquia) que, em princípio, remetem para a organização religiosa, fazem parte do léxico urbano de Minas, tanto quanto os termos vila e cidade, que designam as sedes dos concelhos. Vimos, aliás, que os moradores das povoações mineiras atribuíam um grande valor a essa hierarquia eclesiástica. Se os habitantes de Carrancas e de Tamanduá protestaram com tanta veemência para impedir que seu arraial perdesse o status de sede de freguesia, certamente não foi para garantir seu “remédio espiritual”, pois as capelas filiais eram servidas permanentemente por um cura e, além disso, os sacramentos também eram administrados nas capelas e igrejas de irmandades.¹⁶⁷

Como veremos, em alguns casos, a mobilização dos habitantes foi comparável à que existiu nos pedidos de concessão do título de vila. É ao estudo da instituição destes centros do poder civil que nos dedicaremos nos dois capítulos seguintes.

**As imagens a seguir correspondem ao
Capítulo 2, originalmente reunidas ao final da
primeira parte desse livro.**

pp. 244-251

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Figura 2.1 – Capelas e freguesias instituídas na região das minas (1700-1730).

Figura 2.2 – Fundação de freguesias. Situação em 1752.

Figura 2.3a – Capelas e freguesias. Situação em 1750.

Figura 2.3b – Capelas e freguesias. Situação em 1800.

Figura 2.4a – Dioceses. Situação em 1745.

Figura 2.4b – Dioceses. Situação após 1745 (criação do bispado de Minas Gerais).

Figura 2.5 – Cartela ornamental de um dos mapas desenhados por J. J. da Rocha em 1778. Nessa época, os limites da capitania estendiam-se sobre as fronteiras indígenas.

Figura 2.6 – Legenda do mapa da capitania de Minas Gerais, desenhado por J. J. da Rocha. As palavras *parochias* e *capellas* designam fundações eclesiásticas, mas também servem para hierarquizar as povoações.

As notas a seguir correspondem ao Capítulo 2, originalmente reunidas ao final desse livro.

pp. 596-606

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 2

A CONVERSÃO DOS SERTÕES: A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E A INSTALAÇÃO DAS ESTRUTURAS DO PODER ECLESIAÍSTICO

- ¹ Consultar: DEFFONTAINES. *The Origin and Growth of the Brazilian Network of Towns*; MONBEIG. *Pionniers et planteurs de São Paulo*; VASCONCELLOS. *Formação das povoações de Minas Gerais*; MARX. *Cidade no Brasil*; DA MATA. *Chão de Deus* (lista não exaustiva).
- ² Trata-se, pois, de uma análise que se enquadra, assumidamente, no campo da geografia histórica, assim como da história religiosa e administrativa “colonial”. No entanto, longe de ver a história de Minas como simples “transplantação das estruturas coloniais portuguesas”, procuramos demonstrar justamente o que há de peculiar no processo de formação da malha paroquial de Minas, que teve seus próprios condicionantes, ritmos e temporalidades. Além disso, é importante salientar que não tivemos a intenção (ou a pretensão) de abordar importantes temas de viés antropológico que se incluem nas relações entre espaço e religiosidade. É o caso do aspecto “mítico” das fundações urbanas ou do “sincretismo” entre a “cultura ancestral” e a cultura trazida pelos colonizadores. Sincretismo que, segundo Eduardo Hoornaert, esteve presente em processos tais como a fundação das capelas mineiras e que constituiria, portanto, o conceito-chave para um estudo da formação histórica de Minas Gerais que levasse em conta “a ancestralidade pré-europeia” –, e que fosse, assim, despojado dos antiquados “métodos colonialistas” de escrita da história brasileira. Para o autor, “Minas Gerais é, como o Brasil em geral, um exemplo paradigmático de sincretismo” (HOORNAERT. *Pour une méthodologie de l'histoire du Brésil*, p. 160-163). Já Sérgio da Mata considera que, embora o mito da “Minas católica” tenha, durante muito tempo, encoberto o papel “que ali tiveram outras expressões religiosas” (indígenas, bem como as de origem africana, ou mesmo judaica e protestante), “não há como negar que nos encontramos diante de um caso singular (...) o sincretismo (afrocatólico ou católico-indígena) nunca se desenvolveu em Minas no mesmo nível e com a mesma intensidade que – para citar um exemplo cômodo – na Bahia”. Segundo Sérgio da Mata, há, pois, “uma certa dose de verdade” na visão de Minas como o “estado mais católico do Brasil”, bem como na afirmação do “caráter marcadamente lusitano da religião e da cultura do povo mineiro” (DA MATA. *Chão de Deus*, p. 81).
- ³ Parecer de Antônio Rodrigues da Costa, 17 de julho de 1709, publicado em: CONSULTAS do Conselho Ultramarino, 1687-1710. *Documentos históricos*, p. 223.
- ⁴ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 226.
- ⁵ Muitos exemplos podem ser encontrados na obra de Waldemar de Almeida Barbosa (BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*), que contém numerosas pequenas monografias sobre localidades de Minas.
- ⁶ Retornaremos à questão do aspecto lacunar das fontes demográficas sobre Minas Gerais setecentistas na segunda parte desta obra.
- ⁷ As datas de fundação bem como outras informações referentes às capelas e freguesias mineiras podem ser consultadas em: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Para as localidades dependentes da diocese

- de Mariana, ver, também: TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*.
- ⁸ Para uma síntese da questão do padroado e da apropriação dos dízimos pelos reis portugueses, ver: BARBOSA. *História de Minas*, v. II, p. 397 *et seq.* Sobre a história religiosa de Portugal e suas colônias, ver: ALMEIDA. *História da Igreja em Portugal*; BETHENCOURT; CHAUDHURI. *História da expansão portuguesa*, t. II.
 - ⁹ BOSCHI. *Os leigos e o poder*; BOSCHI. *Achegas à história de Minas Gerais (séc. XVIII)*.
 - ¹⁰ CABOURDIN; VIARD. *Lexique historique de la France d'Ancien Régime*, p. 247.
 - ¹¹ Segundo os dados presentes em: CASTRO. *Mappa Chronologico do Reino de Portugal e seus dominios*. Sobre as circunscrições portuguesas, ver: HESPANHA; SILVA. O quadro espacial, p. 43, nota 9.
 - ¹² Ver os verbetes *friction* e *maillage* na obra de: BRUNET; FERRAS; THÉRY. *Les mots de la géographie, dictionnaire critique*, p. 226-227, p. 313.
 - ¹³ Notícia prática que dá ao Padre Diogo Soares (...) (TAUNAY. *Relatos sertanistas*, v. VII, p. 161).
 - ¹⁴ Notícia do Sargento-mor Mattos (...) (TAUNAY. *Relatos sertanistas*, v. VII, p. 178).
 - ¹⁵ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 35-36.
 - ¹⁶ A este respeito, ver a carta citada por: HOLANDA. *Metais e pedras preciosas*, t. I, v. 2, p. 278-279.
 - ¹⁷ A diocese do Rio de Janeiro e a arquidiocese de Salvador da Bahia eram os dois centros de poder religiosos mais próximos da região das minas. Ver: DINIZ. *Primeiras freguesias nas minas de ouro*, p. 176.
 - ¹⁸ Carta de 2 de agosto de 1702, transcrita por: DINIZ. *Primeiras freguesias nas minas de ouro*, p. 175.
 - ¹⁹ DINIZ. *Primeiras freguesias nas minas de ouro*, p. 175.
 - ²⁰ DINIZ. *Primeiras freguesias nas minas de ouro*, p. 176.
 - ²¹ Esta é uma das importantes conclusões da tese de doutorado de: RESENDE. *Gentios brasileiros*.
 - ²² COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 111.
 - ²³ RAVAGNANI. *Aldeamentos goianos em 1750*, p. 111-132.
 - ²⁴ Carta de 2 de agosto de 1702 *apud* DINIZ. *Primeiras freguesias nas minas de ouro*, p. 176.
 - ²⁵ Por volta de 1726, eles recebem autorização do rei para fundar “hospícios”, residências temporárias onde os frades esmoleiros podiam repousar entre suas peregrinações (BARBOSA. *História de Minas*, v. II, p. 385-389).
 - ²⁶ É o que afirma o bispo do Rio de Janeiro em carta citada por: HOLANDA. *Metais e pedras preciosas*, p. 277. A esse respeito, ver, ainda: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 135.

- ²⁷ Carta de 2 de agosto de 1702 (resposta de D. Álvaro Silveira e Albuquerque à carta régia dirigida ao governador do Rio de Janeiro sobre o número de religiosos que deviam vir às Minas. Documento citado em: DINIZ. *Primeiras freguesias nas minas de ouro*, p. 175.
- ²⁸ Sobre essa questão, ver os comentários de: MANSUY. Introdução e notas, p. 370 *et seq.* Ver, ainda: DINIZ. *Primeiras freguesias nas minas de ouro*, p. 173-183.
- ²⁹ ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 371.
- ³⁰ Sobre o bandeirante Salvador Furtado de Mendonça, ver: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 179, 223-237.
- ³¹ Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro (...) (TAUNAY. *Relatos sertanistas*, p. 39-41).
- ³² Sílvio Gabriel Diniz demonstra a necessidade de se distinguir entre “as paróquias móveis” dos primeiros tempos e as “verdadeiras” freguesias – criadas pelo bispo e, mais tarde, confirmadas pelo rei – as quais só passaram a existir a partir de 1703 (DINIZ. *Primeiras freguesias nas minas de ouro*).
- ³³ A capela primitiva de Nossa Senhora do Carmo, depois de muitas reformas e mudanças de orago, corresponde à atual capela de Santo Antônio em Mariana. Ver: FONSECA. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*.
- ³⁴ Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro (...) (TAUNAY. *Relatos sertanistas*, p. 39).
- ³⁵ Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro (...) (TAUNAY. *Relatos sertanistas*, p. 40-41).
- ³⁶ VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 239-240.
- ³⁷ VISITAS pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825), p. 153-160.
- ³⁸ VISITAS pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825), p. 153-160.
- ³⁹ Na mesma ocasião, o viajante notaria que o uso de epitáfios era nesta região “quase desconhecido” (SAINT-HILAIRE. *Voyages dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 177).
- ⁴⁰ RELAÇÃO do princípio descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis (...) (TAUNAY. *Relatos sertanistas*, p. 70-71).
- ⁴¹ LE BRAS. Les confréries chrétiennes, problèmes et propositions, p. 423-462; CABOURDIN; VIARD. *Lexique historique de la France d'Ancien Régime*, p. 76-77.
- ⁴² BOSCHI. *Os leigos e o poder*; AGUIAR. *Vila Rica dos confrades*.
- ⁴³ A palavra nação era um sinônimo de raça. A expressão “gente de nação” designava todos aqueles considerados pelos portugueses como pessoas de “sangue infecto”: judeus, mouros, índios, negros, mulatos – e que, por isso, em princípio, não teriam o direito de exercer postos na administração eclesiástica, civil e municipal. Ver: BICALHO. *As câmaras ultramarinas e o governo do império*, p. 203-206.

- ⁴⁴ “Compromisso” da confraria do Santíssimo Sacramento da paróquia de Santo Antônio de Itaverava *apud* BARBOSA. *História de Minas*, v. II, p. 390.
- ⁴⁵ BARBOSA. *História de Minas*, v. II, p. 391.
- ⁴⁶ BARBOSA. *História de Minas*, v. II, p. 391.
- ⁴⁷ “Compromisso” (estatuto) da confraria do Santíssimo Sacramento da paróquia de Santo Antônio de Itaverava, *apud* BARBOSA. *História de Minas*, v. II, p. 391. Sobre a instabilidade e fluidez das categoriais socioeconômicas nas Minas Gerais, ver: SOUZA. *Os desclassificados do ouro*.
- ⁴⁸ Do verbo “quartar”, que se relaciona ao dispositivo da “quartação”, que consistia na compra a prazo, pelo próprio escravo, de sua alforria.
- ⁴⁹ Sales, “As associações religiosas do Ciclo do Ouro”, *apud* BARBOSA. *História de Minas*, v. II, p. 392.
- ⁵⁰ MONTEIRO DA VIDE. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia (1707)*, livro quarto, título LX, parágrafo 869.
- ⁵¹ BOSCHI. *Os leigos e o poder*, p. 47-48.
- ⁵² MATOS. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*, p. 223; BARBOSA. *Dicionário da terra e da gente de Minas*, p. 83-84.
- ⁵³ CONSULTA do Conselho Ultramarino (RAPM, p. 284-285, 7 ago. 1802).
- ⁵⁴ Trecho extraído das instruções de marquês de Pombal ao governador Dom Antônio de Noronha. Ver: Instruções Régias que a 7 de janeiro de 1775 foram dadas pelo Ilmo. Exmo. Marquês de Pombal (...) (RAPM, XVI, 1911, p. 464).
- ⁵⁵ Em 1777-1778, o contrato do dízimo foi arrematado pela soma de 388 contos de réis, enquanto o montante de imposto do quinto sobre o ouro recolhido aos cofres reais foi de pouco mais de 448 contos. Ver os dados presentes nas memórias em: COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 197; ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 169.
- ⁵⁶ BOXER. *A Idade do Ouro no Brasil*, p. 269; BARBOSA. *História de Minas Gerais*, p. 407.
- ⁵⁷ MONTEIRO DA VIDE. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia (1707)*, livro quarto, título XVII, parágrafo 689.
- ⁵⁸ OLIVEIRA. Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da Colônia e do Império, p.152.
- ⁵⁹ BARBOSA. *História de Minas*, v. II, p. 408.
- ⁶⁰ BARBOSA. *Dicionário da terra e da gente de Minas*, p. 66-67; TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p.14. Consultar, também, os verbetes “encomendado” e “encomendação” em: FERREIRA. *Novo dicionário da língua portuguesa*.
- ⁶¹ MONTEIRO DA VIDE. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia (1707)*, livro terceiro, títulos XXIV. A esse respeito, ver, também, os títulos XXII, XXVIII, XXIX.
- ⁶² OLIVEIRA. Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da colônia e do império, p.152.

- ⁶³ APM, SG, cód. 4, fl. 53-54, documentos citados por: BARBOSA. *História de Minas*, v. II, p. 410.
- ⁶⁴ BARBOSA. *História de Minas*, v. II, p. 411. Em 1715, este total equivalia ao preço de um escravo jovem e forte, mercadoria das mais valorizadas em Minas.
- ⁶⁵ Segundo um documento dos arquivos coloniais portugueses, citado por: BARBOSA. *História de Minas*, v. II, p. 411-412. Em 1715, já existiam 31 paróquias encomendadas em Minas Gerais.
- ⁶⁶ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 110-111.
- ⁶⁷ Foi o caso do padre Antônio Curvelo, que se aliou ao poderoso Manuel Nunes Viana contra a autoridade do governador de Minas (o conde de Assumar). VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. II, p. 157-158.
- ⁶⁸ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 112.
- ⁶⁹ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 112.
- ⁷⁰ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 112.
- ⁷¹ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 112-113.
- ⁷² Como os padres estavam fora da jurisdição civil, o governador de Minas Gerais não podia bani-los: apenas ao rei era dado fazê-lo. Ver: VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, p. 135, vol. II.
- ⁷³ “(...) no districto das mesmas Minas há (...) outras Igrejas, que pelo sítio, rendimento e número de fregueses merecem igualmente ser eretas em vigai-riarias coladas (...)” – AHU, cx. 5, doc. 9 (documento parcialmente transcrito por: TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 11-12).
- ⁷⁴ Nossa Senhora do Carmo, Antônio Dias e Pilar do Ouro Preto (os dois principais arraiais de Vila Rica), Sabará, Rio das Mortes (que em 1718 tornou-se Vila de São João del-Rei), Caeté (Vila Nova da Rainha), Serro do Frio (Vila do Príncipe), Pitangui, São José do Rio das Mortes (ou São José del-Rei, atual Tiradentes).
- ⁷⁵ Ordem régia de 12 de fevereiro de 1724 (AHU, cx. 5, doc. 9).
- ⁷⁶ Ordem régia de 12 de fevereiro de 1724 (AHU, cx. 5, doc. 9).
- ⁷⁷ A *carta régia* estipulava que a remuneração dos auxiliares (coadjutores) deveria ser constituída por “uma parte moderada do rendimento do pé de altar” recebido pelo padre da igreja matriz. Tratava-se de remunerações diretas que os fiéis pagavam por serviços extraordinários – a administração de alguns sacramentos e a realização de cerimônias fúnebres (AHU, cx. 5, doc. 9).
- ⁷⁸ Alguns exemplos: a capela de Nossa Senhora de Prados, que no início dependia da paróquia da Vila de São José del-Rei, e a capela de Rio Acima, filial da freguesia da Vila de Sabará.
- ⁷⁹ Carta régia de 14 de março de 1727 (RAPM, XXX, 1979, p. 254, grifos nossos).
- ⁸⁰ Carta do bispo Dom Manuel da Cruz ao governador da capitania, de 10 de maio de 1755 (AHU, cx. 68, doc. 8).
- ⁸¹ No Capítulo 7 analisaremos as condições da atribuição do título de cidade em Minas.

- ⁸² Tratava-se das paróquias de Aiuruoca, Baependi, Borda do Campo, Campanha, Carijós, Carrancas, Itaverava, Pouso Alto, Prados, Simão Pereira, São Caetano, Sumidouro, Antônio Pereira, Barra Longa, Casa Branca, Camargos, Inficionado, Itabira do Campo, Itatiaia, Congonhas do Sabará, Curral del-Rei, Rio Acima, São João do Morro Grande (Cocais), São Miguel do Piracicaba, Conceição do Mato Dentro.
- ⁸³ OLIVEIRA. Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da colônia e do império, p.148.
- ⁸⁴ Segundo os dados disponíveis, as paróquias que se tornaram colativas após o decreto de 1752 e até o fim do período colonial são as seguintes: Camargos (1755), São Manuel do Rio Pomba (1771), São Bento do Tamanduá (década de 1780), Piuí (1803), Engenho do Mato (1810), Bambuí (1816), Tijuco (1819), Nossa Senhora do Pilar do Morro de Gaspar Soares (1819) e Peçanha (1822).
- ⁸⁵ Ou seja, de uma fase na qual as jazidas em exploração apresentaram um rendimento bem inferior ao das minas que haviam sido encontradas e exploradas na primeira metade do século XVIII.
- ⁸⁶ ALMEIDA. Minas Gerais de 1750 a 1850, p. 88-109; CARRARA. *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais (séculos XVIII-XIX)*.
- ⁸⁷ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 236 (tradução da autora).
- ⁸⁸ Para uma síntese da legislação sobre as sesmarias em Minas Gerais, ver: BARBOSA. *História de Minas*, v. I, p. 231-251.
- ⁸⁹ A influência da estrutura fundiária na gênese das aglomerações de Minas Gerais será objeto de uma análise mais detida na terceira parte deste livro.
- ⁹⁰ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 152 (tradução da autora).
- ⁹¹ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 172 (tradução da autora).
- ⁹² Como já sublinhamos, a maior parte das unidades produtivas de Minas era mista – ao mesmo tempo, agrícolas e mineradoras. No entanto, os dados disponíveis mostram que, se a maior parte dos pioneiros das localidades eram sesmeiros, a origem de certos arraiais estava diretamente ligada às minas de ouro. Grande parte das informações utilizadas para compor esta base de dados foi extraída da obra de: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. As localidades sobre as quais as informações eram insuficientes ou incertas não foram contabilizadas.
- ⁹³ Como no caso das fazendas situadas na paróquia de Santana do Sapucaí, na parte sul da capitania: alguns moradores localizavam-se a sete (outros a mais de quinze) léguas da matriz. Ver o “Mapa da comarca do Rio das Mortes”, realizado em 1778 por José Joaquim da Rocha (ver fac-símile em: ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*).

- ⁹⁴ A palavra agregado, que pode ter diferentes conotações no período colonial, diz respeito, neste caso, aos homens livres que, não dispondo de recursos para comprar escravos, não podiam obter uma concessão de sesmaria. Tornavam-se, por isso, rendeiros dos fazendeiros, que lhes concediam uma porção de suas terras. Ver: LIMA JÚNIOR. *A capitania de Minas Gerais*.
- ⁹⁵ Depois dos “geógrafos pioneiros” Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, Murillo Marx se interessou pela questão e descreveu as linhas gerais do processo de fundação das capelas e de sua evolução. Ver: MARX. *Cidade no Brasil*.
- ⁹⁶ Na terceira parte, retomaremos esta questão: o sistema de constituição de patrimônios religiosos é fundamental não apenas para explicar o processo de povoamento e urbanização da capitania, mas também para a compreensão da gênese e da configuração dos espaços intraurbanos.
- ⁹⁷ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 244.
- ⁹⁸ Trata-se, provavelmente, da capela de Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde. As primeiras sesmarias datam de 1732, quando surgiu a primeira ermida. Somente em 1778 foi constituído o patrimônio da ermida, pela doação de “108 braças de cada lado da capela”. Ver o verbete “Conceição do Rio Verde” em: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 93.
- ⁹⁹ SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*, v. 1, p. 187.
- ¹⁰⁰ AHU, cx. 162, doc. 9, documento datado de 3 de março de 1802.
- ¹⁰¹ Segundo o dicionário de Rapheël Bluteau, “vizinhos” pode significar “moradores, famílias, casas”. Neste caso, trata-se, sem dúvida, do número de chefes de família, o qual, grosso modo, corresponde ao número de casas ou fogos. Retomaremos a questão na segunda parte desta obra.
- ¹⁰² Informação das antiguidades da freguesia de Catas Altas (CÓDICE Costa Matoso, p. 266-267).
- ¹⁰³ Ver: ARAÚJO. *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*, v. XI, p. 83.
- ¹⁰⁴ Ver: ARAÚJO. *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*, v. XI, p. 85.
- ¹⁰⁵ BOSCHI. *Os leigos e o poder*, p. 85.
- ¹⁰⁶ MONTEIRO DA VIDE. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, livro quarto, título XIX, parágrafo 692.
- ¹⁰⁷ MONTEIRO DA VIDE. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, livro quarto, título XIX, parágrafo 692.
- ¹⁰⁸ MONTEIRO DA VIDE. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, livro quarto, títulos XVI, XVII, XVIII e XIX.
- ¹⁰⁹ A expressão designa, de maneira genérica, as quatro cores tradicionais dos ornamentos e paramentos litúrgicos (verde, branco, vermelho e roxo), cujo uso variava segundo o calendário católico. Ver o glossário preparado por Ronald Polito de Oliveira, na edição da obra: VISITAS pastorais de Dom Frei da Santíssima Trindade (1821-1825).

- ¹¹⁰ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 25 (verbetes “Andrelândia”). Para outros exemplos, consultar: TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*; bem como os relatórios das visitas pastorais realizadas no início do século XIX pelo bispo de Mariana: VISITAS pastorais de Dom Frei da Santíssima Trindade (1821-1825).
- ¹¹¹ A diocese de Mariana em 1831 (*RAPM*, IV, 1899, p. 135-153 – relatório de 12 de novembro de 1831, elaborado pelo bispo Frei José da Santíssima Trindade).
- ¹¹² BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 186-187.
- ¹¹³ TRINDADE. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*, p. 275.
- ¹¹⁴ Ver a correspondência entre o bispo de Mariana e a metrópole nos anos 1749-1752, transcritas por: TRINDADE. *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*, p. 253-257, 268-275. Ver, também, o verbete “Santa Luzia” em: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 295-296.
- ¹¹⁵ Para uma descrição detalhada deste “contencioso”, ver o verbete “Itapecerica” em: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, p. 163-164. Retomaremos este assunto no Capítulo 4.
- ¹¹⁶ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 40.
- ¹¹⁷ Notemos, contudo, que até 1748 (data do início da gestão do primeiro bispo de Minas Gerais), a maioria das igrejas paroquiais dependia do bispo do Rio de Janeiro: das 47 paróquias (encomendadas e coladas) criadas na capitania, apenas três estavam ligadas à arquidiocese da Bahia, e uma à diocese de Pernambuco.
- ¹¹⁸ Conforme observou Renata Malcher de Araújo, ainda que a Colônia de Sacramento tenha servido como moeda de troca quando do Tratado de Madri, “a ocupação do Mato Grosso e da Amazônia simbolizou uma estratégia ainda mais significativa no processo geral de expansão portuguesa, na medida em que ela representou a conquista efetiva do território” (ARAÚJO. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII*, p. 45-49).
- ¹¹⁹ CORTESÃO. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, parte 1, t. 2, p. 75.
- ¹²⁰ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Paracatu”, p. 238.
- ¹²¹ TRINDADE. *Arquidiocese de Mariana*, v. I, p. 109-110.
- ¹²² Sobre os primeiros conflitos entre os governadores de Minas e de São Paulo, ver: ANASTASIA. *Vassalos rebeldes*, p. 113-122.
- ¹²³ Ver: VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 197-203. Consultar, também, os verbetes “Ouro Fino”, “Silvianópolis”, “Jacuí” e “Itajubá” em: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*.
- ¹²⁴ Lembremos que, em 1748, os territórios de Goiás e de Mato Grosso foram retirados de São Paulo e tornaram-se capitanias autônomas (VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 198-199; BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbetes “Bambuí” e “Desemboque”, p. 39-40, 112-113; do mesmo autor, ver, também: *História de Minas*, v. I, p. 210-214).

- ¹²⁵ A capela de Tamanduá existia desde 1740. Inicialmente, era servida por padres das paróquias de Curral del-Rei e da Vila de São José – cujas sedes estavam a várias léguas de distância (BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Itapecerica”, p. 163).
- ¹²⁶ Sobre os caminhos de Goiás, ver: BARBOSA. *História de Minas*, v. I, p. 177-191.
- ¹²⁷ Para um estudo detalhado sobre a presença indígena nesta zona, ver: RESENDE. *Gentios brasileiros*, cap. 2.
- ¹²⁸ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Itapecerica”, p. 163.
- ¹²⁹ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Desemboque”, p. 112-113; verbete “Piuí”, p. 258-259.
- ¹³⁰ Ainda em 1782, a presença de índios caiapós nos arredores das serras da Canastra e da Marcela constituía um obstáculo à sua colonização pelos brancos (APM, SG, documentos avulsos, cx. 43, doc. 30). Consultar, também: BARBOSA. *História de Minas*, v. I, p. 209-211; BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbetes “Bambuí”, p. 40, “Piuí”, p. 258.
- ¹³¹ Representação da Câmara de Tamanduá à rainha D. Maria I acerca de limites de Minas Geraes com Goyaz (RAPM, II, 1897, p. 381).
- ¹³² Uma destas expedições foi objeto de um estudo bastante detalhado realizado por: SOUZA. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas, p. 111-137.
- ¹³³ SOUZA. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas, p. 113-114.
- ¹³⁴ SOUZA. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas, p. 116, p. 135.
- ¹³⁵ Como tantos outros portugueses, Pamplona casara-se com uma antiga escrava negra ou mestiça, filha de pai desconhecido e mãe africana e liberta (SOUZA. *Norma e conflito*, p. 115-116).
- ¹³⁶ SOUZA. *Norma e conflito*, p. 115-116.
- ¹³⁷ VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 196 et seq.; BARBOSA. *História de Minas*, v. I, p. 206-207; BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Bambuí”, p. 40.
- ¹³⁸ Representação da Câmara de Tamanduá à rainha Maria I acerca de limites de Minas Geraes com Goyaz (RAPM, II, 1897, p. 382-383).
- ¹³⁹ SOUZA. *Norma e conflito*, p. 119-120.
- ¹⁴⁰ A respeito das funções dos mestres de campo, ver: ALDEN. *Royal Gouvernement in Colonial Brazil with Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*, p. 443 et seq.
- ¹⁴¹ SOUZA. *Norma e conflito*, p. 118.
- ¹⁴² SOUZA. Frontière géographique et frontière sociale à Minas Gerais dans la seconde moitié du XVIII^e siècle, p. 273-288.
- ¹⁴³ SOUZA. Frontière géographique et frontière sociale à Minas Gerais dans la seconde moitié du XVIII^e siècle, p. 275.

- ¹⁴⁴ O processo de colonização desta zona e suas consequências para a população indígena foi objeto de um estudo bastante detalhado: LANGFUR. *Uncertain Refuge*, p. 215-256. A respeito dos Botocudos, ver, também: RESENDE. *Gentios brasílicos*, p. 413-430.
- ¹⁴⁵ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Rio Pomba”, p. 286.
- ¹⁴⁶ O arraial de Barra Longa havia sido fundado pelo paulista Matias Barbosa. Ver: TRINDADE. *Monografia da paróquia de São José da Barra Longa*; VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 235; VASCONCELOS. *História Antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 186, 234.
- ¹⁴⁷ TRINDADE. *Monografia da paróquia de São José da Barra Longa*, p. 41. O Cuieté ficava a dez dias de viagem de Furquim, que era então a freguesia mais próxima. Consultar, também: TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 85-90; VASCONCELOS. *História antiga das Minas Gerais*, v. I, p. 186, 234.
- ¹⁴⁸ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Rio Pomba”, p. 286.
- ¹⁴⁹ VASCONCELOS. *História média das Minas Gerais*, p. 205.
- ¹⁵⁰ Ver requerimentos transcritos em: TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 85-89.
- ¹⁵¹ BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Casa da Casca”, p. 83, e verbete “Cuieté Velho”, p. 107; TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 85-90.
- ¹⁵² TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 229.
- ¹⁵³ Citado em: TRINDADE. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*, p. 231.
- ¹⁵⁴ CASTRO. Sertões do Leste e da Mantiqueira, p.135-143; BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Rio Pomba”, p. 286-287.
- ¹⁵⁵ Documento datado de 6 de julho de 1785 (AHU, cx. 123, doc. 62).
- ¹⁵⁶ Na Amazônia, muitas aldeias e missões jesuítas foram convertidas em povoações civis, ou seja, em vilas ou lugares. Ver, a este respeito: ARAÚJO. *As cidades da Amazônia no século XVIII*.
- ¹⁵⁷ O relato de viagem dos naturalistas Johann Baptiste Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius contém diversos exemplos, como as aldeias do Alto dos Bois (termo de Minas Novas) e do Presídio de São João Batista (termo de Mariana) (SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*, v. 1, 2).
- ¹⁵⁸ Citado em: CAMBRAIA; MENDES. A colonização dos sertões do leste mineiro, p. 143. Ver, também: BARBOSA. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*, verbete “Muriae”, p. 214.
- ¹⁵⁹ Já em 1790, os habitantes de Barra do Bacalhau, arraial situado na paróquia de Guarapiranga, queixavam-se das hostilidades dos “gentios” nos sertões de Abre Campo, Casca e Arrepiados. (APM, SG, documentos avulsos, cx. 20, doc. 51). A respeito de tais “ataques”, consultar também: RESENDE. *Gentios brasílicos*.
- ¹⁶⁰ Ver: CUNHA. *História dos índios no Brasil*, p. 133-154.
- ¹⁶¹ RESENDE. *Gentios brasílicos*.

¹⁶² HOORNAERT *et al.* *História da igreja no Brasil*, t. 2.

¹⁶³ BOSCHI. *Os leigos e o poder*, p. 85.

¹⁶⁴ Esta distinção entre os símbolos gráficos da legenda é bastante coerente com as definições dos diferentes termos que ali figuram. Como já foi observado no primeiro capítulo, as aldeias “espontâneas” de índios, construídas sem a interferência de elementos da cultura dita “civilizada”, não pertencem à mesma categoria dos arraiais, já que não podem ser consideradas como “embriões de cidades”. Ver: AZEVEDO. *Embriões de cidades brasileiras*, p. 39-69.

¹⁶⁵ Ver: DAINVILLE. *Le langage des géographes*.

¹⁶⁶ Ver: “Mappa da Capitania de Minas Geraes” (Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Exército, cota 004-M9.d, documento do início do século XIX, copiado e assinado por L. M. S. Pinto).

¹⁶⁷ No entanto, no caso de Tamanduá, se os fregueses tivessem perdido sua igreja matriz, teriam podido contar apenas com a capela filial, uma vez que, segundo os dados disponíveis, somente no início do século XIX foram ali criadas capelas de irmandades. Ver: TRINDADE. *Instituição de igrejas no bispado de Mariana*, p. 309; BOSCHI. *Os leigos e o poder*, p. 223.

CAPÍTULO 3

A INSTALAÇÃO DO PODER CIVIL E A FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS VILAS (1709-1730)

¹ CONSULTAS do Conselho Ultramarino, 1687-1710. *Documentos históricos*, p. 221.

² CONSULTAS do Conselho Ultramarino, 1687-1710. *Documentos históricos*, p. 221.

³ SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 86.

⁴ SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 98.

⁵ RUSSELL-WOOD. *Comparative Studies in Society and History*, p. 196.

⁶ CONSULTAS do Conselho Ultramarino, 1687-1710. *Documentos históricos*, p. 245.

⁷ SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*.

⁸ SOUZA; BICALHO. *1680-1720: o império deste mundo*, p. 64.

⁹ Sobre os conflitos da primeira metade do século XVIII, ver: ANASTASIA. *Vassalões rebeldes*; FIGUEIREDO. *Furores sertanejos na América Portuguesa*, p. 128-147.

¹⁰ Como no caso da viagem do conde de Assumar às Minas Gerais, da qual trataremos adiante. Ver: DIÁRIO da jornada que fez o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cidade de São Paulo, e desta até as minas anno de 1717 (*RSPhan*, p. 295-316).

¹¹ Ver os comentários de Andrée Mansuy na obra: ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 427.

¹² HOLANDA. *Metais e pedras preciosas*, p. 267-269.